

2021

CADERNO DE TESES



X **CONGRESSO** **D@S PETROLEIR@S** **DA BAHIA**

*O petróleo é do Brasil
Somos tod@s petroleir@s*



Sindipetro

SINDICATO DOS PETROLEIROS DA BAHIA

ÍNDICE

REGIMENTO INTERNO	3
HOMENAGEM ÀS VÍTIMAS DA PANDEMIA E COMPROMISSO DE LUTA	16
TESES	17
CEPES - ACESSO DOS PETROLEIROS DO SETOR PRIVADO AOS CLUBES DE EMPREGADOS DA PETROBRAS (CEPES)	18
CURSO INCLUSÃO DIGITAL	19
GREVES E APOIO DE MILITANTES	20
AÇÕES CONTRA A VENDA DE MIRANGA	22
FISCALIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE MOBILIZAÇÃO INTERNA, PIDV E PDA DOS TRABALHADORES IMPACTADOS PELA PRIVATIZAÇÃO DA PETROBRAS	23
SAÚDE MENTAL DOS TRABALHADORES - ACOMPANHAMENTO PELO SINDIPETRO BAHIA	24
CAMPANHA CONTRA O ASSÉDIO MORAL E SEXUAL NO AMBIENTE DE TRABALHO	26
SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PRECIFICAÇÃO DOS DERIVADOS DE PETRÓLEO - CAMPANHA POR UM PREÇO JUSTO DOS COMBUSTÍVEIS	27
PROPOSTAS PARA O CONGRESSO DOS PETROLEIROS – 2021	29
CAMPANHA EM DEFESA DAS ESTATAIS E SERVIÇOS PÚBLICOS	32
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS TRABALHADORES	33
CAMPANHA DE FILIAÇÃO E CURSO DE FORMAÇÃO PARA O SETOR PRIVADO	35
EXTINÇÃO DOS POSTOS AVANÇADOS DE ATENDIMENTO DA PETROBRAS E PETROS NA BAHIA	36
CONVENÇÃO COLETIVA DO SETOR PETRÓLEO	37
ANEXOS	38

X CONGRESSO DO SINDIPETRO BAHIA

Regimento Interno

O Petróleo é Nosso - Somos Todos Petroleiros!

Artigo 1º -

O X Congresso do Sindipetro Bahia se realizará aos dias 11 e 12 de Junho de 2021, composto de atividades temáticas preparatórias realizadas às 19:30 dos dias 08, 09 e 10 de Junho tratando dos diversos temas pertinentes à categoria, conforme determina o Estatuto do Sindicato no seu artigo 24º, transcrição abaixo:

O Congresso da categoria será realizado anualmente, no primeiro semestre e, extraordinariamente, a qualquer momento, para definir os objetivos e estratégias da categoria, assim como as diretrizes de trabalho, para preparar e orientar a participação nos Congressos e nas Plenárias nacionais da categoria, para tal elegendo dentre seus participantes os respectivos Delegados, e assim procedendo, também para outros eventos do interesse da categoria e para alterar ou reformar o presente Estatuto.

Parágrafo 1º - A convocação do X Congresso foi realizado no dia 28/04/2021, com divulgação em veículo de grande circulação, jornal Correio da Bahia e nos meios de comunicação digitais do SINDIPETRO-BA, aos 30/04/2021, conforme transcrição a seguir:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

X CONGRESSO ANUAL DOS PETROLEIROS DO ESTADO DA BAHIA
O SINDICATO DOS PETROLEIROS DO ESTADO DA BAHIA - SINDIPETRO-BAHIA, entidade sindical inscrita no CNPJ sob o nº 15.532.855/0001-30, sediada à Rua Boulevard América 55, Jardim Baiano – Nazaré, Salvador (BA), CEP: 40.050-320, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, artigos 23, 24, 25, convoca todos os associados em pleno gozo dos seus direitos para participarem do X CONGRESSO ANUAL DOS PETROLEIROS DO ESTADO DA BAHIA que ocorrerá nos dias 11 e 12 de junho de 2021, através de plataforma de vídeo-



*O petróleo é do Brasil
Somos todos petroleiros*

conferência, acesso oferecido pela entidade sindical. Os critérios para eleição e elegibilidade dos delegadas e delegados, apresentação de teses, programação do congresso serão previamente disponibilizados no boletim oficial e no sítio eletrônico do Sindipetro Bahia, através publicação da comissão eleitoral composta pela Diretoria Executiva, respeitando todos os prazos estatutários. Salvador/BA, vinte e oito de abril de dois mil e vinte um. Jairo Batista Silva Santos. Coordenador Geral – Diretoria Colegiada.

CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS DO CONGRESSO

Artigo 2º - O Xº Congresso tem como objetivo discutir ampla e democraticamente os interesses e problemas que atingem a categoria de trabalhadores (as) ativos (as), aposentados (as) e pensionistas, abrangida pela representação do segmento Petróleo na Bahia, estabelecendo forma de ação para resolução dos mesmos.

CAPÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO E DIREÇÃO

Artigo 3º - A organização e direção do X Congresso é realizada pela Comissão de Organização.

Parágrafo 1º - A Comissão de Organização é composta por 07 (sete) membros, Diretores do Plenário do Sistema Diretivo.

Parágrafo 2º - Os membros eleitos da comissão de organização são: David Gomes Leal, Gilberto Santos Silva, Jairo Batista Silva Santos, João Marcos Pereira da Silva, Jorge Augusto Portela Braga, Leonardo de Souza Uripia e Marise Costa Sansão.

Parágrafo 3º - A Mesa Diretora do Congresso será composta por 09 membros, sendo os 07 representantes da Comissão de Organização que se alternarão durante a condução das atividades e por 2 membros eleitos entre os delegados presentes, respeitando a paridade de gênero.

Parágrafo 4º - A Mesa Diretora do Congresso conduzirá e mediará as

atividades, abertura, mesas de exposição, debates, grupos temáticos e plenária final, respeitando, sempre que possível a paridade de gênero.

CAPÍTULO IV – DOS PARTICIPANTES

Art. 4º

O X Congresso será composto pelos delegados natos, pelos delegados eleitos, observadores, convidados e assessores.

Parágrafo 1º - São delegados natos, os diretores do Plenário do Sistema Diretivo do Sindipetro Bahia e os membros titulares do Conselho Fiscal do Sindipetro Bahia.

Parágrafo 2º - São delegados eleitos, os delegados inscritos nos três segmentos: Aposentados/Pensionistas, empregados do Sistema Petrobras e de Empresas Privadas de Petróleo, através da ordem cronológica de solicitação de inscrição enviada para o email secretaria@sindipetroba.org.br, até o limite das vagas destinadas para o respectivo seguimento.

Parágrafo 3º - São elegíveis todos e quaisquer trabalhadores associados da categoria ativos, aposentados e pensionistas, abrangidos pela representação do Sindipetro Bahia.

Parágrafo 4º - No caso de trabalhador demitido, é elegível aquele que estiver "sub judice" por reintegração, por ter sofrido repressão política, por estar à época da demissão com mandatos na CIPA, de Diretor do Sindicato, de Representante Sindical ou de Representante dos Trabalhadores, por motivo de greve, desde que não tenha homologado.

Parágrafo 5º - São elegíveis, os ex-associados, que se encontrem desempregados, por até seis meses anteriores à data da abertura do Xº Congresso, desde que tivessem mandato na CIPA, de Diretor do Sindicato, de Representante Sindical ou Representante dos Trabalhadores na última empresa do setor em que trabalhou.

Parágrafo 6º - Se a totalidade de inscritos por segmento for menor que

as vagas totais para delegados daquele segmento, todos os inscritos estarão automaticamente eleitos.

Parágrafo 7º - Se a totalidade de inscritos de todos os seguimentos for menor que a quantidade total de vagas disponibilizadas para delegados do X Congresso, haverá remanejamento das vagas por seguimento e todos os inscritos estarão automaticamente eleitos.

Parágrafo 8º - Os diretores das instâncias verticais, FUP, CNQ, CUT, às quais o Sindipetro Bahia está filiado, poderão ser observadores, mediante aprovação da Comissão de Organização do X Congresso, até o limite total de 03 representantes por instância.

Parágrafo 9º - A comissão de organização ficará responsável pelo registro dos convidados e assessores.

Art. 5º - Os delegados do X Congresso serão eleitos obedecendo o parágrafo 2º do art. 2º, dentro o número de associados filiados ao Sindipetro Bahia disposto na Tabela I.

Tabela I

SEGMENTO	Nº DE ASSOCIADOS - 8.540
Aposentados/Pensionistas	5.860 (5057/803)
Ativos Sistema Petrobras	2.161
Ativos Empresas Privadas	519

Parágrafo Único - O número de delegados dos segmentos Aposentados/Pensionistas, Ativos Sistema Petrobras e Ativos Empresas Privadas de Petróleo, na mesma proporção de 1 delegado para cada 50 associados, está descrito na tabela II.

Tabela II

SEGMENTO	Nº DE DELEGADOS - 170
Aposentados/Pensionistas	117
Ativos Sistema Petrobras	43
Ativos Empresas Privadas	10

CAPÍTULO V – DO PLENÁRIO VIRTUAL

Art. 6º

No plenário virtual, realizado através de plataforma de videoconferência fornecida pelo Sindipetro Bahia, participarão os delegados natos, os delegados eleitos, os observadores, os convidados e os assessores devidamente credenciados.

Parágrafo 1º - As teses serão debatidas por temas no plenário obedecendo a seguinte ordem:

- I. Sindicalismo e Organização Sindical: Ação Sindical, Organização dos (as) Trabalhadores (as), Relação com os outros Movimentos Sociais, Comunicação, Gestão Administrativa e Financeira do Sindipetro Bahia, Organização do Setor de Petróleo e Gás, Biocombustíveis, Geração de Energia e Renováveis;*
- II. Benefícios, Seguridade, Políticas Sociais e Organização dos aposentados e pensionistas;*
- III. Saúde, Segurança, Meio Ambiente, Novas Tecnologias, Regimes e Condições de Trabalho;*
- IV. Pauta Econômica - Reajuste salarial e demais verbas dos trabalhadores.*

Parágrafo 2º - Os delegados terão direito a voz e voto. Aos observadores e convidados serão garantido o direito a voz. Os assessores serão consultados e terão direito a voz sempre que solicitado pela mesa diretora dos trabalhos.

CAPÍTULO VI – DAS TESES

Artigo 7º

As teses sobre o temário podem ser apresentadas por qualquer trabalhador (a) da categoria e defendidas por qualquer delegado, observador ou convidado no plenário.

Parágrafo 1º - As teses deverão ser identificadas e apresentadas a partir do dia 03 de maio até às 23:59 h do dia 28 de maio de 2021, através da internet no e-mail secretaria@sindipetroba.org.br.

Parágrafo 2º - As teses deverão abordar os temas dispostos no Parágrafo 1º, do Artigo 6º e deverão ser redigidas em língua portuguesa, fonte tamanho 12;

Parágrafo 3º - As teses serão apresentadas pela Comissão de Organização, seguindo os seguintes critérios:

I – Teses nacionais de corrente política – 10 minutos para apresentação e defesa;

II – Teses regionais de corrente política – 5 minutos para apresentação e defesa;

III- Teses individuais – 3 minutos para apresentação;

Parágrafo 4º - Os autores das teses, assim como qualquer outro delegado, observador ou convidado, que esteja participando do plenário virtual, poderá fazer a defesa da respectiva tese, tendo máximo tempo de 3 minutos. Havendo mais de um inscrito para defesa da tese, o tempo deve ser partilhado entre os inscritos e não excederá aos 3 minutos.

Parágrafo 5º - Após a apresentação da tese, também será concedido o tempo máximo de 3 minutos tempo para qualquer delegado, observador ou convidado, que deseje fazer a defesa contrária à referida tese. Havendo mais de um inscrito para defesa contrária à tese, o tempo deve ser partilhado e não excederá 3 minutos.

Parágrafo 6º - As teses inscritas de avaliação de conjuntura, política e econômica, local, nacional e internacional terão prioridade e serão lidas pela Comissão Organizadora, mas não serão votadas.

CAPÍTULO VII - DAS MOÇÕES

Artigo 8º - As moções devem abordar temas referentes aos interesses

da classe trabalhadora;

Artigo 9º - As moções podem ser apresentadas por qualquer delegado, observador ou convidado e devem ser encaminhadas através do email secretaria@sindipetroba.org.br, até às 10h do dia 12 de junho de 2021.

Artigo 10º - As moções serão lidas pela Comissão Organizadora, sendo concedido posteriormente o tempo de 3 minutos para o autor prestar esclarecimentos. Em seguida a Comissão Organizadora as colocará em regime de votação.

Parágrafo único - Será considerada aprovada a moção que atingir 50% (cinquenta por cento) mais um dos votos dos (as) delegados (as) conectados à plataforma de videoconferência fornecida pela Entidade Sindical no momento da votação.

CAPÍTULO VIII – DA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Artigo 11º

O funcionamento do Xº Congresso obedecerá à seguinte programação:

I. PRÉ CONGRESSO

segunda-feira, 07/06 – 19h30

Mediadores: David Leal

Tema: **O pensamento político e o mundo do trabalho**

Palestrante 1: Ana Georgina da Silva Dias - Economista - Supervisora Técnica do DIEESE Bahia. 25'

Palestrantes 2: Prof. Dr. Penildon Silva Filho - pró-reitor de Ensino de Graduação da UFBA. 25'

Debate_Congressistas: 10 inscrições de 2'

Debate_Palestrantes: 5'

Considerações Finais:

Terça-feira, 08/06 – 19h30

Mediadores: Braga,

Tema: As lutas da classe trabalhadora

Palestrante 1: Eng^o Fernando Lopes - Assessor de Relações Internacionais Confederação Nacional dos Metalúrgicos - CUT (CNM/CUT); Secretário-geral adjunto da Federação Internacional dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas; ex-secretário-geral CNM/CUT.

Palestrante 2: Jandyra Uerara Alves - Secretária de Políticas Sociais e Desenvolvimento Humano da CUT.

quarta-feira, 09/06 – 19h30

Mediadores: Braga e João Marcos

Tema: O Setor Energético na Bahia

Palestrante: Gilberto Santana - Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Vale do São Francisco, Cientista Político e Diretor do Sinergia.

Tema: O Setor Petróleo e as novas empresas

Palestrantes:

1. Deyvid Bacelar - Coordenador da FUP e Diretor do Sindipetro-Ba.
2. Radiovaldo Costa - Dir. Comunicação do Sindipetro Bahia.

quinta-feira, 10/06 – 19h30

Mediadores: Leonardo de Souza Urpia e Marise Sansão

Tema: ACT's, Direitos dos Trabalhadores Petroleiros e Trabalho Remoto

Palestrante: Clériston Bulhões – Assessor Jurídico do Sindipetro Bahia.

Tema: O Home Office: O trabalho invade o domicílio.

Palestrante: Cibele Vieira – Socióloga, Diretora da Federação Única

dos Petroleiros e Sindipetro Unificado.

II. ASSEMBLEIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Sexta-feira, 11 de junho, 14h

Atividade: Assembleia de Prestação de Contas.

III. CONGRESSO

Sexta-feira, 11 de junho, 9h às 20h30

Atividade: Credenciamento eletrônico dos Delegados e Delegadas.

Sexta-feira, 11 de junho, 17h

Atividade: Debate e aprovação do Regimento Interno.

Sexta-feira, 11 de junho, 18h30

Atividade 1: Homenagem às vítimas do COVID.

Atividade 2: Abertura Política e saudações dos convidados.

Sexta-feira, 11 de junho, 20:30

Atividades: Palestras

Tema1: Análise de Conjuntura Política, Social e Econômica.

Palestrante: João Pedro Stédile – um dos fundadores do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)

Tema 2: Geopolítica do Petróleo:

Palestrante: Prof. Dr. José Sergio Gabrielle – ex-presidente da Petrobras.

Sábado, 12 de junho, 9h

Tema: Balanço das Atividade do SindipetroBa, 2020/2021

Palestrante 1: Radiovaldo Costa - Dir. Comunicação Sindipetro-Ba

Palestrante 2: Jairo Batista - Coord. Geral Sindipetro-Ba

Palestrante 3: Deyvid Bacelar - Coord. Geral FUP e Diretor do Sindipetro-Ba.

Sábado, 12 de junho, 9h40

Tema 1: AMS / Associação Saúde Petrobrás - Que benefícios e descontos são esses? A atuação sindical para garantir sua saúde.

Palestrante: Paulo César Chamadoiro Martins.

Tema 2: Petros: Impactos das mudanças legais e regimentais e o futuro da sua suplementação.

Palestrante: Rafael Crespo, Sindipetro-NF, Conselho Fiscal da FUP.

Sábado, 12 de junho, 14h

Tema: Saúde do Trabalhador – Pandemia, transferências, demissões, privatizações e a saúde do trabalhador.

Palestrante 1: Leticia Nobre (CESAT)

Palestrante 2: Dra Tiza Mendes (CEREST)

Sábado, 12 de junho, 15h40

Atividade1: Apreciação e aprovação de teses-guia.

Atividade2: Apreciação e aprovação das teses inscritas na Secretaria Geral

Atividade3: Apreciação das moções inscritas na Secretaria Geral;

Atividade 4: Eleição de delegados aos próximos eventos nacionais até o XIº Congresso do Sindipetro-BA.

Sábado, 12 de junho, 18h30

Atividade: Encerramento do Xº Congresso

Palestrante: Jairo Batista – Coordenador do SindipetroBa

Atividade: Evento Cultural virtual.

Comissão Organizadora.

CAPÍTULO IX – DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAÇÃO**Artigo. 12º**

O credenciamento será realizado de forma virtual, por preenchimento de formulário eletrônico, que habilitará link de acesso à plataforma de videoconferência fornecida pelo Sindipetro Bahia. O formulário será enviado para o contato telefônico e/ou e-mail dos delegados, no dia anterior à realização do Xº Congresso, dia 10 de Junho de 2021.

Parágrafo 1º - O Delegado que não receber o formulário de credenciamento e o link de acesso, deverá entrar em contato com os membros da comissão de organização ou com a secretaria do Sindipetro Bahia, para solicitar o fornecimento do link de acesso.

Parágrafo 2º - O caderno de teses, em formato digital, será encaminhado eletronicamente para o contato telefônico e ou e-mail dos delegados, após a realização do credenciamento.

Parágrafo 3º - A Comissão de Organização divulgará no final do Xº Congresso o número de Delegadas e Delegados credenciados e participantes do evento.

CAPÍTULO X - DAS VOTAÇÕES

Artigo 13º

Votarão todos(as) delegados(as) credenciados(as) e conectados(as) à plataforma de videoconferência fornecida pelo Sindipetro Bahia.

Parágrafo único - Cada delegado(a) terá direito a apenas 01(um) voto.

Artigo. 14º

As votações serão feitas através de enquetes da plataforma de videoconferência fornecida pelo Sindipetro Bahia, com a manifestação de voto a favor, contra ou abstenção.

Parágrafo 1º - O sistema de votação será de maioria simples.

Parágrafo 2º - A declaração de voto será por escrito, encaminhada através do chat da plataforma de videoconferência, sendo a leitura de tal declaração realizada pela Comissão Organizadora ou pelo autor no tempo máximo de 1 min, limitadas às 3 primeiras declarações apresentadas .

CAPÍTULO XI – DAS ELEIÇÕES DOS REPRESENTANTES DA CATEGORIA A OUTROS EVENTOS ATÉ O XI CONGRESSO DO SINDIPETRO-BA.

Artigo. 15º

Os delegados para outros eventos (congressos, plenárias, encontros, conferências, etc) que se realizem até o XIº Congresso da categoria serão escolhidos, através do método de chapas, cuja relação nominal de candidatos deve ser encaminhada à Comissão Organizadora através no chat da plataforma de videoconferência.

Parágrafo único - são elegíveis todos os delegados eleitos e credenciados ao Xº Congresso.

I - As chapas terão limite máximo de 45 participantes.

Artigo 16º - Todos os casos omissos a esse Regimento que forem suscitados durante o Xº Congresso serão avaliados pela Comissão de Organização.

Salvador, 10 de Maio de 2021.

David Gomes Leal, Gilberto Santos Silva, Jairo Batista Silva Santos, João Marcos Pereira da Silva, Jorge Augusto Portela Braga, Leonardo de Souza Urpia e Marise Costa Sansão.

Comissão Organizadora



**HOMENAGEM ÀS VÍTIMAS
DA PANDEMIA E
COMPROMISSO DE LUTA**

Homenagem às vítimas da pandemia e compromisso de luta

O território brasileiro encanta por sua beleza e riquezas naturais. Nos últimos anos, contudo, todos os caminhos conduzem ao reconhecimento de que o nosso território está sendo transformado em um vale de lágrimas.

Cada um de nós perdeu um parente, amigo, colega de trabalho, conhece ou conviveu com alguém vitimado pelo COVID-19. Na categoria petroleira não foi diferente, contabilizamos no dia a dia morte e sofrimento. Toda essa amargura, causada por esta doença perversa, nos tira o oxigênio da esperança. Morremos todo dia um pouco, ante o sofrimento, a desesperança e a irresponsabilidade de parte dos nossos governantes, o Presidente da República, em especial.

Este Congresso, tem a obrigação moral e sentimental de homenagear os mortos e indicar caminhos que fortaleçam os laços da Classe Trabalhadora e intensificar a luta dos vivos, contra a política de morte representada e executada por Bolsonaro. Por isso, mesmo virtualmente, pedimos uma salva de palmas para os nossos mortos e para a luta pela vida.

Nós, contudo, continuamos na luta pela manutenção da vida, do pão e do trabalho; continuamos na luta pelos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras; na linha de frente para enfrentarmos toda essa política de morte. Lançando sementes, plantando as flores da Nova Primavera brasileira. Bom Congresso para Todos. O Petróleo é do Brasil, Somos Todos Petroleiros.

Categoria petroleira e dirigentes do Sindipetro Bahia



TESES

CEPEs - Acesso dos Petroleiros do Setor Privado aos Clubes de Empregados da Petrobras (CEPEs)

Está em curso o criminoso desmonte da estrutura da Petrobras, com graves prejuízos para a economia baiana e para as condições de trabalho dos petroleiros em geral. Concomitantemente, cresce o número de empresas com foco na exploração do petróleo, reduzindo o número de trabalhadores e trabalhadoras vinculados diretamente à Petrobrás em substituição por trabalhadores por vínculo ao setor privado. Infelizmente, estes companheiros e companheiras não têm acesso aos equipamentos de integração e lazer nos espaços utilizados pelos empregados da Petrobras. Com a diminuição das atividades da Petrobras, contudo, o uso destes equipamentos, tende à subutilização, tornando mais relevantes os custos fixos.

Pelo exposto, o Sindicato dos Petroleiros deve envidar esforços no sentido de propor modificações nos estatutos e, no limite, firmar convênios com os Clubes de Empregados da Petrobras (CEPE), com a finalidade de garantir a integração, saúde e o bem estar físico e mental da categoria petroleira e os seus familiares.

Proposta

Permitir associação dos petroleiros do setor privado aos CEPEs.

Buscar junto aos Cepes a realização de convênio ou modificação estatutária para a abertura de inscrição aos sindicalizados do Sindipetro oriundos do setor privado a condição de sócio dos clubes, caso ainda a associação seja restrita a trabalhadores do sistema Petrobrás, buscando a inclusão de cláusulas nos Act's das empresas do setor privado o desconto em folha para viabilizar o pagamento das mensalidades.

Articulação Sindical Petroleira

Curso Inclusão Digital

Cursos de capacitação para uso de plataformas virtuais

O Sindipetro Bahia deve disponibilizar curso de caráter prático com orientação de utilização de plataformas virtuais para fins de inclusão digital e viabilizar a participação da categoria nas reuniões virtuais do Sindipetro Bahia.

Com o advento da Pandemia do COVID-19 intensificou-se a necessidade de realização de atividades virtuais, inclusive de atividades deliberativas da categoria como as assembleias. Em um mundo em pandemia e pós-pandemia é primordial o conhecimento sobre a utilização das redes sociais e ferramentas para uma vida que utiliza, e tudo apresenta que continuará utilizando, plataformas de comunicação virtuais.

Proposta

Disponibilização de um curso de capacitação para utilização de plataformas sociais virtuais para os empregados do Sindipetro Bahia e associados da ativa, aposentados e pensionistas.

As turmas deverão ser agendadas mensalmente, conforme disponibilidade e viabilidade para realização de prestação de contas.

Ao passar de 06 meses deverá ser apresentada a prestação de contas com os dados quantitativos e qualitativos do programa de capacitação.

Articulação Sindical Petroleira

Greves e Apoio de Militantes

Greves da categoria e Apoio de militantes

A realização de movimento paredista é acompanhada de necessidades específicas apresentadas pelas condições condizentes àquele momento.

Certas condições, têm cobrado a disponibilização de estruturas sazonais para garantir a realização segura e digna aos trabalhadores grevistas que buscam através da reivindicação a garantia de seus direitos.

Corriqueiro tem sido a utilização de trabalhadores de outras categorias para a realização, execução e sucesso de movimentos paredistas da categoria petroleira. Não obstante a real necessidade da conscientização de classe dos trabalhadores, buscada por vezes através intercâmbio das diversas categorias nas lutas de categorias profissionais distintas, com temas diversos, sejam transversais, intersetoriais ou universais, o que vem ocorrendo no setor petroleiro, parece caminhar num “trocação de pés” de tal forma que possa comprometer não uma batalha específica, mas sim o objetivo maior, qual seja a congregação dos trabalhadores numa consciência que lhes permita compreender seu papel, sua importância e sua força.

Em vias diretas, a contratação de trabalhadores mediante contraprestação pecuniária provisória para a realização de greves, tem provocado e pode ao longo prazo promover uma despolitização e acomodação da categoria, através da “terceirização da ação política” na realização de piquetes de convencimento.

Neste sentido, proponho que para a real perseguição da conscientização dos trabalhadores petroleiros na busca de seus objetivos, sejam reivindicadas melhorias nas condições salariais, benefícios sociais ou proteção à saúde, entre diversas outras, todo e qualquer ato reivindicatório seja realizado exclusivamente pela Diretoria Sindical acompanhado de trabalhadores associados ao Sindipetro Bahia. Com a finalidade de construir a solidariedade de classe e apoio às greves e mobilizações da categoria, o sindicato entrará em contato com os sindicatos e mo-

vimentos sociais e dará todo o apoio logístico aos militantes enviados pelas entidades. Para tanto, o sindicato ampliará a sua ação a sua relação política e institucional. Fica restando compromissado e obrigatório ao Sindipetro Bahia a disponibilização de estrutura necessária para que em caso de realização de atos, manifestações e greves, estas sejam realizadas de forma segura e digna pelos seus diretores, associados e militantes, tais como o fornecimento de alimentação, transporte e estruturas sanitárias para garantir a participação de todos e todas, assim como as estruturas necessárias para a perseguição do sucesso do ato reivindicatório, tais como comunicação através de suas peças e veículos, estrutura física como mesas, cadeiras, proteção solar e climática, entre outros.

Articulação Sindical

Ações contra a venda de Miranga

O campo de produção e exploração de petróleo e gás de Miranda teve seu processo de privatização avançado em 2021, com a apresentação de fechamento de negócio entre a Petrobrás e a Petrorecôncavo para a transferência de titularidade e operação da referida concessão.

É imperioso a judicialização deste processo na tentativa de frustrar o fechamento e a concretização do negócio, transferindo um ativo produtivo e lucrativo não somente para os baianos mas para todos os brasileiros para o benefício e lucratividade de apenas uma empresa privada e seus donos.

Proposta: Judicializar o processo de privatização do denominado Pólo Miranga e suas Concessões.

Articulação Sindical

Fiscalização dos processos de Mobilização Interna, PIDV e PDA dos trabalhadores impactados pela privatização da Petrobras

Os Sindipetros e a FUP devem buscar conhecer, fiscalizar e denunciar o descumprimento dos procedimentos internos e acordos judiciais e extrajudiciais que garantem o emprego e a transferência dos trabalhadores impactados pela privatização da Petrobrás.

A exemplo do que recentemente ocorreu com os trabalhadores de Miranga, impactados pelo processo de privatização da unidade, que teriam através do processo de mobilização interna, possibilidade de continuar na Bahia através de transferência para outra unidade da empresa no mesmo estado, naquele determinado processo para a RLAM - Refinaria Landolfo Alves - Mataripe.

No entanto, por modificações unilaterais no processo pela comissão gestora de mobilidade interna decorrentes dos processos de privatização, outros trabalhadores de unidades que nunca realizaram atividades nas instalações ou concessões de Miranga foram contemplados com as vagas destinadas à RLAM, restando aos trabalhadores lotados e que realizavam e realizam atividades naquela unidade apenas a transferência para a RPBC - Refinaria Presidente Bernardes - Cubatão estado de São Paulo. Restando desta forma para os trabalhadores lotados efetivamente em Miranga apenas a transferência para outra unidade da federação, não sendo contemplados com nenhum plano que permitisse a manutenção no seu Estado de origem decorrente, procedimento específico de mobilidade interna conforme previsto nos procedimentos internos da companhia para os ativos em desinvestimentos (privatização).

Proposta

Criar comissão para acompanhar os processos de mobilização, os trabalhadores atingidos e apresentar as ações políticas e se necessárias jurídicas cabíveis para sanar possíveis anormalidades.

Articulação Sindical

Saúde Mental dos Trabalhadores - Acompanhamento pelo Sindipetro Bahia

Com o processo de privatização em curso e todas as bruscas mudanças que isto apresenta a vida dos trabalhadores em conjunto com o adverso momento sanitário mundial proveniente da Pandemia do Covid-19 e todas as velozes e imprevistas mudanças no mundo do trabalho impostas por ela, os trabalhadores têm desenvolvido patologias diversas.

Aproveitando um vasto material oriundo das entrevistas com os trabalhadores do Torre Pituba em decorrência do processo de fechamento do imóvel e acordo entre a empresa e o MPT que oportunizava o acompanhamento pelo Sindipetro das entrevistas aos trabalhadores, proponho a disponibilização deste material, cópias físicas ou digitais à comissão a ser instituída para acompanhamento deste trabalhadores.

É importante que o Sindipetro realize contato e acompanhamento de todas as pessoas que participaram das entrevistas, que foram transferidas, que continuaram na ativa ou se aposentaram e também das pessoas que naquele momento apresentavam excepcionalidades que impediam a transferência para outras unidades.

O acompanhamento tem por intuito verificar a saúde mental dos trabalhadores e a observância de eventuais traumas ou desenvolvimento de comportamentos e patologias relacionadas ao estresse traumático, assédio, tais como depressão ou outros impactos à saúde mental dos trabalhadores .

Proposta

Criação de Comissão Interna com membros do Sindipetro para:

Buscar convênio de cooperação entre o Sindipetro Bahia e órgãos como CESAT, CEREST e UFBA. Os casos identificados como degradantes da saúde do trabalhador serão tratadas com ações políticas e/ou judiciais;

Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) do Ministério Público quanto às mobilizações e transferências;

Fiscalizar o ACT 2020/2022 quanto à garantia do emprego e transferências e eventuais acordos e TAC que venham a ser firmados.

Articulação Sindical

Campanha Contra o Assédio Moral e Sexual no ambiente de trabalho

O mundo do trabalho estabelece relações interpessoais decorrentes das diversas atividades e atribuições inerentes ao exercício do próprio trabalho. Não tem sido incomum a prática de atos que ultrapassam aos necessários ao exercício do trabalho e por muitas vezes ultrapassando a legalidade. Algumas práticas são criminosas e caracterizam-se em assédios morais e sexuais. Recentemente, em Maio de 2021 o TRT 5ª Região restabeleceu uma campanha para combater o assédio moral e sexual no ambiente de trabalho e buscam parceiros para a divulgação da campanha.

Proposta

- Divulgação dos materiais da campanha elaborados pelo TRT 5ª região.
- Resgate das deliberações do 1º Seminário de combate ao assédio moral do Sindipetro Bahia.
- Realização do 2º Seminário de combate ao assédio moral e sexual e prevenção ao adoecimento mental do Sindipetro Bahia.
- Buscar diálogo institucional com o TRT 5 para aprofundamento da campanha de prevenção ao assédio e adoecimento dos trabalhadores no setor petróleo.

Articulação Sindical

Seminário Internacional sobre precificação dos derivados de petróleo - Campanha por um Preço Justo dos Combustíveis

Diante do grande desconhecimento acerca da composição dos preços dos derivados de petróleo no Brasil e no mundo, faz-se necessário que a categoria petroleira possa apresentar à sociedade baiana e brasileira como se dá esta composição atualmente, como era realizado no início do século e qual seria a melhor composição para atender as necessidades dos baianos e brasileiros.

É importante dar continuidade a grande campanha já em andamento pelo Sindipetro Bahia, que vem apresentando à população derivados de petróleo como gás de cozinha, gasolina e diesel por um preço justo.

Para aprofundar o debate dos preços justos dos combustíveis e desmitificar a composição do preço dos combustíveis no Brasil e no mundo, os petroleiros precisam apresentar a sociedade como se dá esta composição assim como a tributação incidente nos combustíveis, sua destinação, utilizando parâmetros comparativos com outros países a exemplo dos que compõe o G7, G20, Mercosul, Brics, OCDE, observando também as condições e as vantagens comparativas que acompanham alguns outros grupos de países tais como os que compõe a OPEP, países produtores e exportadores de petróleo Não-OPEP, entre outros. Esta análise pode ajudar a compreender o cenário mundial e cenários regionais do petróleo e seus derivados.

Para isto entendemos ser necessário um amplo debate com representações nacionais e internacionais para debater a composição dos preços dos derivados de petróleo no Brasil e no mundo, com os sindicatos dos petroleiros e centrais sindicais, partidos políticos, institutos especializados de petróleo e economia, governo da Bahia e do consórcio dos governadores do nordeste, do ministério de minas e energia e da economia do Brasil, das empresas produtoras, refinadoras, distribuidoras e comercializadoras de petróleo, gás e derivados de petróleo no Brasil e em outros países, de representantes de países dos diversos continentes, produtores, exportadores e consumidores de petróleo, com políticas energéticas e tributárias diversas da brasileira.

O Seminário deve perseguir responder a algumas perguntas, mas não exclusivamente, tais como :

Como se dá a composição do preço dos derivados de petróleo no mundo?

Há uma regra única ?

Há uma vinculação ao preço referência do barril de petróleo dos dois maiores mercados (Brent e WTI)?

Há um preço internacional único do petróleo e de seus derivados?

Há uma regra comum entre países produtores, consumidores, exportadores, autossuficientes?

Qual a importância de termos uma empresa nacional e pública, integrada, com exploração e produção de petróleo e gás, com capacidade integral do refino nacional, com distribuição, logística e comercialização para o atendimento da demanda nacional de derivados de petróleo?

Após o seminário, realizar a grande campanha para divulgar a melhor e mais vantajosa política de preços dos combustíveis para os baianos, brasileiros e para o Brasil. Encaminhar as análises, avaliações, propostas e resultados do seminário para os partidos políticos, centrais sindicais e demais segmentos organizados da sociedade.

Proposta

- Seminário Internacional sobre precificação dos derivados de petróleo. Prazo de 60 dias, com tradução simultânea;
- Construir proposta de precificação dos derivados de petróleo para o Brasil;
- Campanha de divulgação da proposta de precificação;
- Continuidade da Campanha Preço Justo dos Combustíveis.

Articulação Sindical

Propostas para o Congresso dos Petroleiros – 2021

1 – Campanha Nacional em Defesa da Petrobrás, envolvendo toda a sociedade, com a criação de um Comitê Nacional e comitês por estado, com participação das Centrais Sindicais, organizações estudantis (UNE, UBES), OAB, ABI, MST, Associações de Bairros e todas as entidades da sociedade civil.

Esta campanha deve ser feita utilizando as redes sociais, com produção e divulgação de vídeos e áudios, notas pagas na televisão, rádios e jornais, outdoors, colocação de cartazes nas ruas distribuição de panfletos e cartilhas nos metrô e terminais de ônibus e trens, palestras nas escolas e universidades e passeatas nas ruas.

2 – Manter o Benefício Farmácia na forma em que foi criado, com desconto prévio mensal e direito a todos os medicamentos prescritos pelos médicos.

3 – Campanha Nacional envolvendo todos os petroleiros, exigindo da Petrobras o pagamento imediato, de todos os seus débitos para com a Petros.

4 – Reajuste salarial para todos os trabalhadores ativos, aposentados e pensionistas, repactuados e não repactuados, corrigindo todas as perdas passadas calculadas pelo DIEESE, mais o ICV-DIEESE de 2021 e 3% de ganho real.

5 – Que o trabalhador ativo ou aposentado, em caso de separação conjugal e novo casamento, tenha o direito de optar, em manter como dependente na AMS, a ex-esposa ou a atual.

6 – Que o trabalhador terceirizado receba o mesmo salário e vantagens do funcionário da Petrobras da mesma função.

7 – Construir greve geral, com parada de produção, unificando FUP/FNP, com criação de um Comando Único Nacional, unindo todos os petroleiros do Brasil, ativos, aposentados e pensionistas, com três reivindicações básicas:

A. Fim da política de privatização da Petrobrás.

B. Pagamento pela Petrobras de todos os seus débitos com a Petros.

C. Retorno da AMS, com melhoria da qualidade, e extinção da APS.

8 - Que a Justiça Seja Feita

Em 2012, a diretoria era composta por 4 grupos políticos: A Articulação Sindical, a CSC, a CSD e a Frente Independente (que englobava companheiros independentes). Todos eleitos pelo princípio da proporcionalidade.

A Frente independente denunciou à categoria alguns erros cometidos pela diretoria. Em represália, os outros três grupos que formavam maioria, aplicaram uma punição à Frente Independente de 6 meses, e emendou com outra de 10 meses, suspendendo do exercício do mandato sindical para o qual foram eleitos, 24 diretores. Fato inédito no sindicalismo do Brasil. Não aceitando a punição e, conscientes de que estava havendo uma perseguição política, o grupo punido entrou na Justiça para a devida reparação, cujo processo recebeu o nº 0001480 – 37.2012.5.05.0031.

O processo prolongou-se por 8 anos. Todos os recursos judiciais interpostos pela diretoria foram negados e, em maio de 2020 saiu a decisão final da justiça. Determinou a reintegração imediata, à direção do Sindipetro – Ba, todos os diretores indevidamente punidos.

A diretoria do sindicato recusou-se a cumprir a determinação

da justiça e, como não havia mais nenhum recurso jurídico possível dentro do processo, resolveram entrar com um outro processo, denominado Ação Rescisória, para impedir a reintegração de 18 dos 24 diretores punidos.

No momento em que a Petrobras está sendo privatizada, a Petros e a AMS estão sendo destruídas, os direitos e conquistas dos petroleiros estão sendo atacados, e a categoria necessita de união para fazer o enfrentamento, a diretoria do Sindipetro – Ba gasta dinheiro da entidade, tempo e energia, prolongando processos judiciais, negando-se a reconhecer um erro por eles cometido.

Proposta: Que este congresso determine à diretoria do Sindipetro – Ba o cumprimento da Decisão Judicial, reintegrando à direção do sindicato todos os diretores indevidamente punidos, e encerre a disputa judicial, retirando a Ação Rescisória.

Assina

Germino Borges

Campanha em Defesa das Estatais e Serviços Públicos

Os brasileiros sofrem com uma grande campanha de difamação das empresas públicas e da descaracterização dos serviços públicos.

Para combater esta investida faz-se necessário e que o Sindipetro continue a compor o Comitê em Defesa das Estatais e dos Serviços Públicos da CUT Bahia, na tentativa de unificação das lutas entre os trabalhadores destas categorias, assim como campanhas unificadas de mídia para alcançar à população e demonstrar a importância da manutenção das empresas públicas e dos serviços públicos para os baianos e brasileiros.

Proposta

- Participação efetiva e continua do Sindipetro Bahia e da FUP – constante no Comitê das Empresas Estatais e Serviços públicos da CUT Bahia e Brasil;
- Participação das campanhas unificadas de combate às privatizações dos serviços públicos e das empresas estatais e de economia mista.

Articulação Sindical

Associação Beneficente dos Trabalhadores

A partir da década de 1920, os trabalhadores iniciaram o processo de migração para os maiores centros urbanos e o início da industrialização brasileira. A partir da proximidade em comunidades e unidades fabris e o reconhecimento de serem alvos da exploração desenfreada dos capitalistas industriais. Apesar de muitas outras revoltas ocorridas nos séculos anteriores, é a partir da década de 1920 que os conflitos se intensificam. É a partir daí que surgem as primeiras entidades com a finalidade de defender os trabalhadores da crescente exploração. Em resposta à luta dos trabalhadores e trabalhadoras a sociedade construiu um arcabouço jurídico, representado pela Consolidação das CLT – Consolidação das Leis do Trabalho e as melhorias implementadas através dos ACT – Acordos Coletivos de Trabalho.

A partir da década de 90, contudo, os capitalistas intensificaram os ataques ao conjunto dos trabalhadores, através da desregulamentação das leis trabalhistas e o incentivo à prática das negociações individuais, práticas que, ao nosso entender, fragilizam os trabalhadores e privilegiam os patrões. Este desmonte, em curso em nossa sociedade, experimenta outras formas de ataque que precarizam as condições de trabalho na medida em que potencializam o lucro.

Diante desse cenário, o sindicato unicamente, não responde às necessidades da categoria, que engloba os trabalhadores e trabalhadoras em atividade, tampouco os aposentados e pensionistas que, tendo os seus direitos subtraídos e as condições de sobrevivência limitadas necessitam de canais que minimizem de forma fraterna e solidária, os efeitos perversos do modelo de produção adotado por nossa sociedade. Essa proposta de criação da Associação Beneficente dos Trabalhadores é, pois, um caminho na direção de fortalecer os laços que nos unem enquanto categoria e exemplo para a Classe Trabalhadora, em geral e tem como finalidade proporcionar apoio e proteção à saúde, educação, cultura e preservação do patrimônio material e imaterial

da categoria petroleira na Bahia, com apoio logístico, material e imaterial.

Proposta

- Criar Grupo de Trabalho com representantes dos aposentados e/ou pensionistas, trabalhadores petroleiros da ativa com a finalidade de propor, criar e registrar Associação Beneficiária dos Trabalhadores, tendo como fonte de financiamento e gestão a estrutura de pessoal, jurídica e financeira do Sindipetro-BA.

Articulação Sindical dos Petroleiros da Bahia.

Campanha de Filiação e Curso de formação para o Setor Privado

O movimento sindical, tanto no Brasil quanto mundialmente, vive a necessidade de reestruturação, com transformações e mudanças estruturais face às exigências não só do capital, mas também nas novas formas de trabalho. Ampliar a participação das bases, unificação com outros sindicatos, atender às demandas, e incluir, com paridade, mulheres, jovens, deficientes, LGBT's são necessários para a construção desse novo momento, buscando, inclusive, ampliar a participação dos petroleiros do setor privado.

Para tanto, se faz necessário formação política para os trabalhadores, para que estes possam assumir com força política os novos destinos do "Sindicato dos Petroleiros da Bahia".

Como ação primeira uma ampla divulgação no Estado da Bahia e demais estados, dessa vinculação e a ação vasta de novas filiações para o crescimento e fortalecimento do Sindicato que renascerá mais forte.

Há que se definir pautas de ação, contando com cursos diversos de formação, com um assessoramento voltado para essa nova realidade, e, novas dinâmicas de trabalho para que tenhamos êxito com essa medida transformadora de fusão.

Proposta

- Campanha de Filiação, coordenada pela FUP, com a finalidade de ampliar a base de representação nos Aposentados, Pensionistas Ativos da Petrobrás e Setor Privado;
- Curso de Formação para diretores do Sindipetro-BA e trabalhadores oriundos do setor privado;

Articulação Sindical.

Extinção dos Postos Avançados de Atendimento da Petrobrás e PETROS na Bahia

Com a venda da maioria dos ativos da Petrobras na Bahia, a saída dos escritórios da Petros e também da assistência médica, os aposentados, pensionistas e trabalhadores da ativa questionam e exigem um posicionamento que lhes assegure os benefícios que há décadas foram conquistados e garantidos pela Empresa, com atendimento local.

Após a concessão de benefícios como a Petros, AMS, e outros, vivemos no momento a insegurança e a ameaça de perdas, restrições e outras formas de coerção, a exemplo da APS (Associação Petrobrás de Saúde), por parte da Petrobras e da Petros.

Com a extinção desses ativos na Bahia, sabemos que continuaremos contando com a efetividade do trabalho do Sindicato, como sempre tivemos, porém, faz-se indispensável que haja um espaço na Bahia, com pessoal treinado e qualificado para prestar os serviços atinentes à Petros, AMS, B.F. e outros serviços.

Teremos que definir pautas para aceitação, inclusão, e atendimento das demandas dos trabalhadores do Setor Privado, com os quais somaremos lutas e esforços para um maior crescimento do nosso Sindicato.

Proposta

- Buscar através de ações políticas e judiciais e/ou convênio com as instituições de interesse, tais como Petros, INSS e Petrobrás, o retorno do atendimento presencial, pós pandemia, inclusive com a possibilidade de ceder espaço na Sede do SindipetroBA;
- Garantir aos associados o atendimento presencial, pós pandemia.

Articulação Sindical.

Convenção Coletiva do Setor Petróleo

Proposta

- Construção da convenção coletiva para os trabalhadores do setor privado do setor petróleo;
- Estabelecer piso salarial para os trabalhadores do setor petróleo
- De acordo com o calculado pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) em março de 2021 no valor de R\$ 5.315,74.

Articulação Sindical

ANEXO 1

**TESE GUIA ARTICULAÇÃO
DE ESQUERDA**

TESE GUIA ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA

1. Os acontecimentos dos últimos anos tem confirmado a análise de que o mundo vive uma conjuntura marcada por crises, guerras e instabilidade. Afinal, persistem as tendências estruturais que vêm moldando a atual conjuntura: o declínio relativo da hegemonia dos Estados Unidos, a ascensão da China como potência mundial, a desaceleração da economia global, os crescentes riscos de uma nova crise sistêmica do capitalismo, o intenso ritmo de concentração e centralização de capital, o aumento da pressão dos capitalistas para reduzir os direitos das classes trabalhadoras, a desigualdade social cada vez mais profunda e a polarização política cada vez mais intensa.

2. O padrão altamente financeirizado de acumulação capitalista que emergiu da crise dos anos 1970 e aprofundou a liberalização dos fluxos comerciais e financeiros produziu a crise de 2008 – uma clássica e profunda crise de acumulação do capitalismo, desta vez em sua fase neoliberal. Contudo, apesar do fortalecimento inicial dos BRICS, do multilateralismo e das forças sociais e políticas que buscavam alternativas ao neoliberalismo, depois de mais de uma década pode-se dizer que o imperialismo estadunidense, o capital financeiro e os setores ultraliberais e conservadores dobraram a aposta na extração de mais-valia absoluta e relativa, na acumulação financeira e na dominação das “periferias” pelos “centros”, demonstrando que é cada vez menor a chance de convivência pacífica entre o capitalismo, de um lado, e as políticas de bem estar social e as liberdades democráticas, de outro.

3. O cenário atual da América Latina e Caribe é ilustrativo a este respeito. Apesar de encontrar firme resistência popular – como fica evidente no Chile, Equador, Colômbia e Haiti, a ofensiva neoliberal e reacionária das potências imperialistas e seus aliados regionais para recuperar os espaços que os setores populares e democráticos haviam conquistado vem contabilizando importantes êxitos, como fica evidente no caso brasileiro com a deposição de Dilma, a prisão de Lula e a eleição de Bolsonaro, e no caso boliviano, com o golpe que derrubou Evo Morales.

4. Para alinhar o Brasil com os interesses geopolíticos dos EUA, reduzir as liberdades democráticas e ampliar a exploração da classe trabalhadora – sua

finalidade última – os capitalistas vêm reduzindo o preço da força de trabalho (salários diretos) e os investimentos em educação, moradia, transporte público, saúde, assistência e previdência (salários indiretos). Atuam, assim, para aumentar a massa de tempo em que os trabalhadores e trabalhadoras são explorados ao longo de suas vidas, baixar a média salarial por hora trabalhada e ampliar, em termos absolutos e relativos, a parcela do orçamento público destinada aos capitalistas por meio do pagamento de juros e amortização da dívida pública, da anistia de dívidas empresariais, da maior permissividade com a sonegação fiscal, das terceirizações e das privatizações, entre outros mecanismos.

5. Uma das primeiras medidas do governo golpista de Michel Temer foi encaminhar ao Congresso Nacional uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que limita os gastos públicos, estabelecendo um novo regime fiscal no qual as despesas primárias da União ficam limitadas por um teto definido pelo montante gasto no ano anterior, reajustado apenas pela inflação acumulada. Uma vez aprovada e sancionada, a Emenda Constitucional 95 significa na prática o congelamento e até mesmo a diminuição de investimentos importantes em diversas áreas, como: saúde, educação, segurança, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, infraestrutura e muito mais. O efeito prático desta medida já vem sendo sentido pela população, comprometendo a qualidade e a escala de atendimento dos serviços públicos, bem como a fiscalização das obrigações trabalhistas e a inspeção em segurança e saúde no trabalho.

6. Outra medida decisiva do governo ilegítimo de Temer foi a antirreforma trabalhista, que entrou em vigor no final de 2017 e se fundamenta na revogação do princípio que protege o trabalhador perante o empregador, redução do poder de negociação e contratação coletiva dos sindicatos, 9ª Conferência Nacional Sindical da tendência petista Articulação de Esquerda 9 autorização para o rebaixamento de direitos previstos em lei, ampliação da participação de contratos atípicos e do trabalho autônomo e forte restrição à atuação e ao poder normativo da Justiça do Trabalho, bem como ao acesso dos trabalhadores ao judiciário trabalhista. Seus impactos sobre o mundo do trabalho serão analisados mais adiante.

7. No primeiro ano de mandato, o governo Bolsonaro teve como objetivo principal a aprovação da antirreforma da previdência (PEC 06/2019). Apesar da tramitação não ter sido no ritmo desejado e apesar das mudanças no projeto original enviado

pelo governo, como a supressão do regime de capitalização, o objetivo principal foi alcançado.

8. A proposta do governo Temer (PEC 287/2016) sequer foi votada na Câmara dos Deputados em função da forte rejeição e mobilização popular – com destaque para a greve geral de 28 de abril de 2017 – e da divisão tática no campo do golpismo – lembremos, por exemplo, que o então deputado Jair Bolsonaro não apoiou a proposta.

9. Por sua vez, o governo Bolsonaro contou com correlação de forças mais favorável. Entre os inúmeros fatores que incidiram para este resultado, destacam-se os seguintes:

a) O agravamento da crise, o aumento do desemprego, do subemprego e da subutilização da força trabalho e o conseqüente aprofundamento da deterioração das condições de vida da maioria do povo fez aumentar significativamente uma parcela da classe trabalhadora cuja vulnerabilidade social exige respostas imediatas e de curtíssimo prazo, dificultando o trabalho de base e a conscientização sobre o direito à aposentadoria, que historicamente não integra o horizonte dos segmentos mais precarizados da classe trabalhadora;

b) O foco central do movimento sindical, dos movimentos populares e dos partidos de esquerda sobre a aposentadoria e a insuficiente ênfase nos demais direitos previdenciários contribuiu para a permanência da mencionada dificuldade;

c) Depois das eleições 2018, as centrais sindicais e as forças políticas do campo democrático e popular passaram a experimentar uma crescente divisão em torno de linhas políticas conflitantes entre si: quanto às alianças, a divergência entre os que defendem construir uma “frente ampla”, incluindo nela parcelas do golpismo, e os que defendem a construção de uma “frente de esquerda” ou “frente popular”; quanto à tática, a diferença entre os que priorizam a “luta institucional” e os que priorizam a “mobilização de massas”; quanto à estratégia, a divisão entre os que defendem manter a “estratégia eleitoral” e os que defendem construir uma “estratégia de novo tipo” contra uma dominação de novo tipo;

d) No Congresso Nacional, tais divergências se materializaram em diferentes táticas de bancadas e parlamentares que se posicionaram contra o projeto do governo: parte combatendo globalmente o desmonte da previdência social, parte negociando emendas pontuais desde o início da tramitação para mitigar os impactos ou preservar determinadas categorias e segmentos, ou até mesmo incorporando teses que embasaram a elaboração da reforma, como a de que o modelo de previdência era insustentável;

e) Diferentemente da impopularidade do governo Temer o governo Bolsonaro tem contado com o apoio explícito ou implícito não apenas do conjunto do grande capital e parcela importante dos setores médios, como também de parte expressiva das trabalhadoras e trabalhadores diretamente prejudicados pela antirreforma da previdência, sendo particularmente influenciados pela tese de que a retirada de direitos seria não uma escolha do governo Bolsonaro, mas uma necessidade imposta pela crise gerada pelos governos do PT;

f) Apesar das diferenças e contradições importantes no interior da coalizão conservadora que sustenta o programa do golpismo, quando o assunto é retirar direitos do povo, dilapidar e privatizar o Estado, sucatear os serviços públicos e proteger os interesses do grande capital, as diferenças entre as frações desta coalizão são mínimas.

10. Depois da aprovação da reforma da previdência na Câmara dos Deputados em agosto, houve um refluxo nas lutas sociais, uma dispersão de iniciativas e pautas e uma dificuldade de mobilizar amplas massas. Em outubro, sob pressão do governo e do grande capital para aprovar a re- 9ª Conferência Nacional Sindical da tendência petista Articulação de Esquerda 11 forma rapidamente, a maioria do Senado optou por não efetuar grandes mudanças no texto aprovado pela Câmara, limitando-se a emendas em poucos pontos relevantes e remetendo questões polêmicas para uma nova proposta, a chamada PEC Paralela (PEC 133/2019). Por sua vez, o governo Bolsonaro seguiu manifestando sua intenção de reapresentar a proposta de criação do regime de capitalização.

11. Dos diversos pontos abordados pela PEC paralela, merece destaque a reforma dos regimes de previdência de estados e municípios, que passariam a prescindir da aprovação de emenda à constituição estadual ou à lei orgânica municipal para

adotar as mesmas regras do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) da União, bastando a promulgação de lei ordinária de iniciativa do poder executivo.

12. De todo modo, a PEC 06/2019, convertida na Emenda Constitucional nº 103/2019, altera regras de funcionamento dos RPPS locais e requer adequações nas leis estaduais e municipais. Assim, muitos governadores se anteciparam à aprovação da PEC Paralela e apresentaram propostas de emenda às respectivas constituições no final de 2019.

13. A movimentação foi realizada não apenas por governadores bolsonaristas e/ou golpistas, tendo sido acompanhada inclusive por governos do PT – como na Bahia, Ceará e Piauí – ou apoiados pelo PT – como em Sergipe. Cabe à CUT e ao movimento sindical cutista cerrar fileiras em defesa dos direitos previdenciários nos estados e municípios, exercendo sua independência em relação ao poder de Estado e sua autonomia frente a partidos políticos.

14. Na sequência da aprovação da antirreforma da previdência, o governo Bolsonaro apresentou o chamado “Plano Mais Brasil”, contendo medidas distribuídas em três Propostas de Emenda à Constituição: a PEC 186 (emergencial), a PEC 187 (fundos públicos) e a PEC 188 (pacto federativo).

15. De conjunto, o pacote impõe medidas permanentes e emergenciais para restringir gastos e limitar o crescimento das despesas obrigatórias Resoluções 12 – inclusive mediante o acionamento automático de “mecanismos de estabilização e ajuste fiscal” quando: a) o Poder Legislativo aprovar autorização orçamentária ou operação de crédito, no âmbito dos orçamentos fiscal e da seguridade social, que excedam o montante das despesas de capital; ou b) caso seja constatado, no período antecedente ao da promulgação da Emenda, que a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera 95%.

16. Entre as diversas medidas apresentadas, estão:

- a proibição à concessão de reajustes salariais a servidores públicos, realização de novos concursos (exceto para preencher vacâncias de cargos de chefia, direção, efetivos ou vitalícios), criação ou expansão de programas e linhas de financiamento;

- a suspensão da progressão e da promoção funcional em carreira de servidores públicos, incluindo de empresas públicas e de sociedades de economia mista – com exceção daqueles previstos no Estatuto da Magistratura, dos membros do Ministério Público, do Serviço Exterior Brasileiro, das carreiras policiais;
- permissão para que a jornada de trabalho dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional possa ser reduzida em até 25%, com adequação proporcional de subsídios e vencimentos à nova carga horária;
- determinação para que os excessos de arrecadação e do superávit financeiro das fontes de recursos apurados no orçamento fiscal e da seguridade social da União sejam destinados à amortização da dívida pública federal, com exceção daqueles decorrentes de vinculação constitucional e de repartição de receitas com estados, Distrito Federal e municípios;
- exigência de aprovação de lei complementar para a criação de fundos públicos e extinção de fundos que não forem ratificados até o final do segundo exercício financeiro subsequente à promulgação da Emenda Constitucional;
- proibição do uso dos recursos da União oriundos da participação no resultado da exploração ou compensação financeira pela exploração de recursos minerais e hídricos para pagamento de despesa com pessoal ativo, inativo e pensionista;
- permissão para a redução em pelo menos 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança, a exoneração dos servidores não estáveis e a demissão de servidor estável;
- supressão da vinculação de receita para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária;
- a dotação orçamentária para as áreas de saúde e educação passa a ser calculada conjuntamente;

- proibição da transferência voluntária de recursos e da concessão de empréstimos para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista;
- inclusão de despesa com pensionistas à despesa com pessoal ativo e inativo dos entes federados na determinação dos limites de gastos estabelecidos em lei complementar;
- redução de 40% para 14% o montante mínimo oriundo da arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público que deve ser destinado a financiar programas de desenvolvimento econômico através do BNDES;
- criação do Conselho Fiscal da República para monitorar e fazer cumprir o pacote e demais medidas de ajuste fiscal.

17. Em síntese, o plano é profundamente perverso na medida em que radicaliza a concepção que orientou a elaboração da EC 95. Isso fica explícito com a primeira medida da PEC 188 (pacto federativo), que visa condicionar a promoção dos direitos sociais inscritos na Constituição Federal (educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, Resoluções 14 assistência aos desamparados) ao equilíbrio fiscal. Com isso, o poder público passaria a ter respaldo constitucional para negar a garantia de direitos alegando falta de recursos.

18. Além disso, segundo a proposta, as políticas fiscais dos entes federados (municípios, estados, Distrito Federal e União) deverão estar condicionadas à manutenção da dívida pública em “níveis que assegurem sua sustentabilidade”, sendo que planos e orçamentos deverão ser elaborados refletindo “a compatibilidade dos indicadores fiscais com a sustentabilidade da dívida”.

19. Ou seja, tudo para os banqueiros credores e para o povo apenas o que sobrar e se sobrar... Se estas medidas forem aprovadas, para garantir o pagamento da dívida ficariam permitidas, entre outros cortes orçamentários, a redução da carga horária e do salário, bem como a demissão de médicos, enfermeiros e demais profissionais da saúde, de professores e demais profissionais da educação, de

policiais, peritos e demais profissionais da segurança pública – para ficar apenas em algumas das áreas mais sensíveis. Saem perdendo não apenas os servidores públicos, mas, principalmente, o povo brasileiro em seu conjunto, que depende dos serviços públicos.

20. Como se não bastasse a antirreforma trabalhista de Temer, o governo Bolsonaro apresentou a Medida Provisória nº 905, que representa um aprofundamento da precarização do trabalho. Criada pela MP, a nova modalidade de contrato de trabalho para jovens de 18 a 29 anos – propagandeada como Carteira Verde Amarela – prevê a desoneração dos encargos sociais e trabalhistas pagos pelos empregadores, sendo praticamente eliminados os encargos sobre a folha de pagamento, e reduz a remuneração de quem for contratado, na medida em que, além de restringir os casos em que o adicional de periculosidade é devido, também diminui drasticamente as verbas relativas a este adicional, ao depósito na conta do FGTS e à multa rescisória. Ademais, a nova modalidade desconstrói o direito à remuneração das férias, à gratificação de férias, ao 13º salário e ao FGTS.

21. Cabe destacar, ainda, que a MP 905 desonera as empresas, mas onera os desempregados com o pagamento da contribuição previdenciária para aqueles que acessarem o seguro-desemprego; facilita a demissão de trabalhadores, com a redução dos custos de demissão; enfraquece mecanismos de registro, fiscalização, punição; aumenta a jornada de trabalho no setor bancário – exceto para quem trabalha na função de caixa; amplia a desregulamentação da jornada de trabalho, facilitando a liberação do trabalho aos domingos e feriados sem pagamento em dobro; promove a negociação individual e estimula a exclusão do sindicato das negociações de PLR; dificulta a fiscalização do trabalho, inclusive em situações de risco iminente; dificulta a concessão do auxílio-acidente e reduz o valor do auxílio-doença; e revoga 86 itens da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), entre os quais, direitos e medidas de proteção ao trabalho.

22. Em síntese, como afirmou a direção executiva da CUT em resolução de 12 de dezembro de 2019, as medidas mais perversas contra os direitos da classe trabalhadora são evidências de que “o empresariado não tem limites quando se trata de garantir seus lucros e de que o governo Bolsonaro é inteiramente submisso aos seus interesses”. O sentido geral da agenda que vem sendo implementada no país é “condicionar a promoção dos direitos sociais ao equilíbrio

fiscal, destinando cada vez menos recursos para o povo viver melhor e cada vez mais recursos para o capital financeiro lucrar mais”.

23. Com isso, comprometem-se as condições de vida da maioria da classe trabalhadora, que fica assim relegada ao desemprego, ao subemprego, à informalidade, ao trabalho precário, à pobreza, à miséria, à fome e à morte.

24. Na sequência das rebeliões populares contra governos e medidas ultraliberais nos países vizinhos, este mal-estar social provocado pelo desmonte do Estado, do patrimônio público, da soberania nacional, das liberdades democráticas e dos direitos sociais pode (e precisa) se converter em uma forte onda de lutas populares. Ciente disso, o próprio governo Bolsonaro está se preparando para esta possibilidade, admitindo publicamente estar considerando medidas para o caso disto acontecer, vide as declarações em favor de um novo AI-5 e do excludente de ilicitude para agentes de segurança durante operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

25. Mas a mobilização popular enfrenta sérias dificuldades. No primeiro semestre de 2019 tivemos ações importantes, mas com exceção da mobilização ocorrida em maio, que conseguiu envolver parcela significativa dos trabalhadores em educação e estudantes, as mobilizações ficaram limitadas à vanguarda da classe. No segundo semestre, a mobilização popular entrou numa curva decrescente, de modo que o governo e o congresso conseguiram aprovar diversas medidas enfrentando pouca resistência social. Os setores populares lutam, mas a luta ainda é concentrada em questões imediatas e defensivas, com baixo nível de mobilização quando se trata de questões políticas gerais.

26. Vista globalmente a situação, podemos dizer que – apesar das dificuldades, das divergências entre eles e de nossa resistência – a coalizão reacionária que sustenta o governo Bolsonaro segue com a iniciativa política e vem conseguindo implementar seu programa antinacional, antipopular e antidemocrático, que é o ponto central de convergência da diversidade de segmentos que a integram: o grande capital brasileiro e internacional, parcela importante dos setores médios e as cúpulas do judiciário, das forças armadas, dos partidos de direita, das igrejas conservadoras e da grande mídia monopolista. Quando o assunto é retirar direitos do povo, dilapidar e privatizar o Estado, sucatear os serviços públicos e proteger

os interesses do grande capital, as diferenças entre as frações desta coalizão são mínimas.

27. Portanto, o ambiente é de deterioração crescente e vai se acumulando material combustível, que pode produzir uma explosão social detonada por algum fator circunstancial, mas também pode dar continuidade ao cenário atual: um clima de degradação crescente da vida em sociedade com a mobilização popular faltando ao encontro, a disputa no interior da coalizão conservadora mantendo-se na mesma intensidade e o governo implementando seu programa em todas as frentes.

28. Entre os inúmeros fatores que incidem sobre as relações de conflito e de colaboração entre classes e frações de classe e, portanto, sobre as chances de realização dos diferentes cenários possíveis para os rumos do país, destacamos um de especial interesse para o movimento sindical: os impactos do atual padrão de desenvolvimento capitalista sobre o mundo do trabalho em geral e as classes trabalhadoras brasileiras em particular.

A Pandemia como agravante dos problemas sociais

29. Para além de todos os problemas já vividos no ano de 2019 com o início do governo Bolsonaro, 2020 se iniciou com uma grave crise sanitária causada por uma crise global. A despeito da pandemia, o governo aproveitou-se da situação para “passar a boiada”, ampliando os cortes orçamentários, as perdas de direitos, as privatizações do patrimônio público e os ataques às organizações.

30. Em resposta à crise sanitária, boa parte dos movimentos sociais adotou a palavra de ordem “fique em casa”, de forma acertada e correta em relação à necessidade, porém sem atentar para desdobramentos práticos dessa orientação. A despeito do movimento em favor do isolamento social, grande parte da classe trabalhadora seguiu dia após dia se expondo ao vírus e sem condições de realizar o isolamento social. O auxílio emergencial de 600 reais foi implantado de forma lenta e expondo a população a degradantes filas intermináveis. Após o fim do auxílio, inúmeros trabalhadores informais foram empurrados para lutar pela própria sobrevivência, sem amparo governamental.

31. Hoje, além dos atrasos no auxílio, fica evidente também que o governo atuou para atrasar a vacinação e através da estratégia de imunização de rebanho foi responsável pela infecção de milhões de brasileiros e centenas de milhares de mortos.

32. Ao longo do ano de 2020 e 2021 os movimentos aos poucos retornaram às ruas, através de atos simbólicos e pequenas intervenções. Destacadamente, o Sindipetro Bahia retornou as atividades presenciais nos meados de 2020 sob a perspectiva de que os trabalhadores da área operacional constituem atividades presenciais essenciais e os dirigentes sindicais não poderiam estar descolados da realidade de suas bases.

33. Com a anulação das condenações de Lula, os trabalhadores petroleiros reencontraram um caminho para a esperança. Porém, para trilhar esse caminho, será necessária uma ampla mobilização da classe trabalhadora, não apenas para o processo eleitoral como para as lutas de rua que devem se intensificar no período.

A Luta contra as privatizações

33. No ano de 2020 o processo de privatização de diversas áreas no estado da Bahia foi intensificado, com forte avanço da entrega dos campos terrestres à iniciativa privada e a privatização da refinaria Landulfo Alves e seu complexo logístico. Diante disso foram realizadas inúmeras mobilizações de base, entre setoriais, assembleias, seminários e plenárias, com vistas a construir a resistência contra a venda da refinaria.

34. A realização de uma longa greve demonstrou que é possível nos organizarmos, e que a luta contra a privatização ainda não finalizou. Ainda existe um longo processo para a entrega da refinaria e os trabalhadores tem que travar um forte combate para resistir a esse processo. Cabe ao Sindipetro Bahia seguir organizando os trabalhadores, de forma a ampliar a sua capacidade de intervenção na produção, com a paralisação das força de trabalho nesses locais.

35. Recentemente ganhou destaque a luta contra a privatização da PBIO, braço de biocombustíveis da Petrobrás, e que com ampla participação dos trabalhadores foi realizada uma expressiva greve, com ampla participação dos próprios e

terceirizados, demonstrando que a união dos trabalhadores pode produzir importantes movimentações.

Assina

Jorge Braga



ANEXO 2

**TESE GUIA DA ARTICULAÇÃO
SINDICAL**

16^a Plenária Nacional da CUT[®]

João Felício • Kjeld Jakobsen

de 21 a 24 de Outubro de 2021

*Unidos e organizados
somos mais fortes!*

TRABALHO

DIREITOS

DEMOCRACIA

TEXTO BASE

da Direção Executiva Nacional

CUT[®] BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES



TEXTO BASE

da Direção Executiva Nacional

**16ª Plenária Nacional da CUT
João Felício • Kjeld Jakobsen**

SUMÁRIO

Apresentação	5
CUT 38 anos Unida, Forte e Combativa	7
I. A Estratégia da CUT	8
A estratégia da CUT no cenário internacional	9
Eixo 1: A defesa da vida	12
Parar as mortes e superar a pandemia	13
Eixo 2: A atualidade da defesa de direitos, democracia e soberania	14
Eixo 3: A necessária construção das alternativas da classe trabalhadora	15
Eixo 4: O desafio da atualização do projeto organizativo da CUT	17
II. O desafio da atualização do projeto organizativo da CUT	17
O processo de atualização do projeto organizativo da CUT	18
A reestruturação dos ramos - a estrutura vertical	19
A organização dos sindicatos	20
A organização no local de trabalho	21
A representação dos trabalhadores com vínculo precário de emprego	22
A organização dos trabalhadores no território	22
A filiação de associações de caráter classista	23
Transversalidade	24
A estrutura horizontal, a organização territorial e a construção de uma central classista	25
A política de Finanças	26
O Plano de Transição	27
III. Plano de Lutas	28
ANEXOS	
Contribuições ao Debate	31

APRESENTAÇÃO

Chegamos a 2021 desafiados a realizar a 16ª Plenária Nacional em um contexto adverso e por um meio totalmente novo desde a nossa fundação. A pandemia de covid-19 afeta o mundo todo e tem sido mais letal para a população brasileira, em especial à classe trabalhadora, que, comprovadamente, é a mais afetada pela negligência criminosa de políticas públicas de um governo genocida comandado por negacionistas e por uma elite inescrupulosa.

Fomos exigidos a nos reinventarmos de forma mais acelerada para mantermos a mobilização e a luta. Agimos com prudência e responsabilidade, seguindo as orientações e os protocolos científicos. Encaramos as inúmeras dificuldades com a utilização de recursos tecnológicos e plataformas de comunicação digital até então pouco usuais para quase todos nós. As desigualdades de acesso aos instrumentos tecnológicos e a baixa qualidade das conexões de internet em determinadas categorias de trabalho e regiões do Brasil ficaram mais evidentes.

Temos consciência das dificuldades que teremos de enfrentar para realizar Plenárias Estaduais e uma Plenária Nacional nesse formato. Contamos com a experiência de outras entidades sindicais que já vivenciaram esse processo e, também, com o empenho da nossa assessoria, que tem se dedicado a construir uma metodologia para garantir a nossa identidade cutista neste importante momento do debate democrático que necessitamos fazer.

A 16ª Plenária Nacional da CUT tem por objetivo atualizar a estratégia política e organizativa da central, considerando a conjuntura e a realidade atual da classe trabalhadora. As assembleias de base, as Plenárias Estaduais e as reuniões de ramos são etapas que deverão acumular em torno desses temas. Na Plenária Nacional, à luz desse acúmulo, devemos nos posicionar coletivamente por uma estratégia e um plano de lutas e ações coerentes com nossos desafios mais imediatos. Os resultados da nossa plenária devem comunicar à sociedade o que a CUT pensa e fará a respeito das questões mais importantes para o destino da classe trabalhadora no Brasil.

Denominamos a 16ª Plenária Nacional da CUT “João Felício e Kjeld Jakobsen” como uma singela, mas importante homenagem a esses dois ex-presidentes que, com sua prática e história no movimento sindical, deixam um legado imprescindível para as próximas gerações de cutistas.

O Texto Base aqui apresentado expressa o acumulado pela Coordenação da Plenária e Direção Nacional da CUT no que diz respeito ao cenário atual, à estratégia política e às tarefas imediatas da central. As Plenárias Estaduais e as reuniões de ramos poderão propor ajustes e complementos a este texto, conforme as regras e orientações da Coordenação, os quais serão submetidos aos delegados e às delegadas da 16ª Plenária Nacional.

A conclusão desse processo democrático e pedagógico é simbólica, no ano do centenário do Professor Paulo Freire; deve reafirmar os princípios e compromissos fundamentais da CUT e apontar o caminho para a ampliação da nossa força, organização e representatividade para a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, a luta por melhores condições de vida e trabalho e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo.

São Paulo, 28 de maio de 2021.

Coordenação da 16ª Plenária Nacional da CUT “João Felício e Kjeld Jakobsen”

CUT 38 ANOS

UNIDA, FORTE E COMBATIVA

A CUT chega à 16ª Plenária Nacional da CUT completando 38 anos de uma trajetória marcada por organização, lutas, conquistas e muitos desafios para o movimento sindical e para a sociedade brasileira, tornando-se uma das maiores centrais do continente e uma das principais centrais sindicais do mundo em tamanho e relevância nas lutas globais da classe trabalhadora.

A luta por liberdade e autonomia sindicais é tão antiga quanto a organização sindical. Mais de quatro décadas se passaram desde que a classe operária do ABC entrou em cena com a operação Braços Cruzados, Máquinas Paradas, em março de 1978. Nessa longa jornada, uma legião de ativistas sindicais emergiu em meio às lutas pela reposição de perdas salariais, contra a estrutura sindical atrelada ao Estado, contra a ditadura e pela democracia.

Já nos princípios de sua fundação, a CUT explicitou sua posição de que as trabalhadoras e os trabalhadores deveriam se organizar com total independência do Estado e autonomia em relação aos partidos políticos; que deviam decidir livremente suas formas de organização, filiação e sustentação material. Nesse sentido, a CUT firmou o compromisso de lutar pelos pressupostos consagrados nas convenções 87 e 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A CUT nasceu buscando a construção de uma central sindical unitária e classista, que exerce a democracia em todos os seus organismos e instâncias. A unidade está expressa no centro de seu nome, de sua marca. Nessas quatro décadas, promoveu muitas transformações sindicais, entre elas, a criação das Estaduais da CUT, as filiações internacionais e a construção dos ramos foram as mais relevantes, mas não as únicas. Atuou em diversos momentos por mudanças legislativas que abriram caminhos para o avanço de seu projeto organizativo, destacadamente, na constituinte de 1988, no Fórum Barelli de 1993/4 e no Fórum Nacional do Trabalho de 2004/5. Nessas batalhas, defendeu suas posições em espaços de negociação tripartite, que resultaram na proposição de propostas de emendas constitucionais (PECs) e em proposições de legislação complementar.

Temos orgulho do papel histórico desempenhado no combate à ditadura; na luta pelas diretas; na recuperação de perdas salariais e nos aumentos dos pisos salariais; na consolidação de direitos em acordos e convenções coletivas e na Constituição Federal; na conquista da política de correção e valorização do salário mínimo; na implantação de programas de proteção social e distribuição de renda; na luta em defesa de direitos das mulheres, dos negros, da população LGBTI+ e das pessoas com deficiência (PCDs), entre tantos outros avanços civilizatórios.

Ao olharmos para nossa história, percebemos por quantas dificuldades passamos e como o capitalismo se reinventou em uma ofensiva contra os direitos da classe trabalhadora e por quantas vezes a CUT atuou enfrentando esses desafios. Quem diria que estaríamos novamente debatendo o problema da fome, pauta que norteou as ações da CUT, no ano do seu 10º aniversário?

Caminhamos por distintas veredas, orientados por uma carta de princípios, tornamos a CUT uma entidade de massa, democrática, classista e de luta, conhecida e reconhecida mundialmente como uma das

maiores centrais sindicais. Destacadamente, porque fizemos uma combinação adequada das lutas em defesa de direitos e das práticas sindicais classistas com as batalhas pela democracia, pelo Estado de Direito e por um projeto de desenvolvimento com distribuição de renda, conferindo-lhe papel de destaque junto às forças democráticas e populares, que levaram um operário nordestino e uma mulher a ocuparem, pela primeira vez, a Presidência da República do Brasil.

Desde o golpe político, militar, jurídico, midiático e parlamentar de 2016, a classe trabalhadora e o Brasil se posicionam contra retrocessos civilizatórios inimagináveis promovidos por forças políticas de direita, que tomaram de assalto o poder. Essa situação foi agravada pela pandemia de covid-19, que não foi enfrentada de forma adequada em face do negacionismo do atual governo e de sua base social.

O momento atual e o futuro nos exigem uma atuação sindical ainda mais contundente. Temos legado suficiente para, mais uma vez, ousarmos e nos reinventarmos diante das profundas transformações do mundo do trabalho provocadas pela indústria 4.0, pela precarização do trabalho e pela recente crise provocada pela incapacidade do governo brasileiro no enfrentamento da pandemia de covid-19.

Somos chamados à responsabilidade para continuarmos escrevendo essa história: no desafio de renovação de quadros e atualização da estratégia, com projeto político-organizativo capaz de reorientar a atuação das entidades que fazem da nossa CUT a Central Única dos Trabalhadores e das Trabalhadoras. E para enfrentarmos, com a mesma ousadia e coragem que nos levaram a fazer esta trajetória vitoriosa, as rupturas que precisam ser realizadas agora e são tão decisivas quanto as realizadas na década de 1980.

I. A ESTRATÉGIA DA CUT

1. O capitalismo global não se recuperou dos efeitos da crise econômica internacional iniciada em 2008 nos Estados Unidos. Foram mais de dez anos de crescimento econômico reduzido até a chegada de novo impacto com a pandemia de covid-19. A hegemonia do capital financeiro e do rentismo dita, autoritariamente, transformações na esfera política e econômica. O modelo usa a tecnologia e a política para ampliar a alienação e a exploração do trabalho. A popularização do trabalho por plataformas, o golpe de 2016 e as reformas trabalhista (2017) e da previdência (2019) no Brasil são exemplos desse processo que, a despeito da propaganda de seus defensores, não trouxe crescimento econômico nem mais empregos, e sim o contrário disso.
2. A exploração da classe trabalhadora é, portanto, a principal estratégia para salvaguardar os investimentos e os lucros dos capitalistas. Isso se concretiza com altas taxas de desemprego, subutilização da força de trabalho, legalização do trabalho informal e precário e redução da renda do trabalho, do salário-mínimo e do investimento em políticas sociais (salário indireto) por meio da austeridade fiscal (Emenda Constitucional 95/2016 no Brasil). Para anestesiar a reação a esse programa antipopular, de um lado, se impõem a ideologia do individualismo e do empreendedorismo obrigatório, a violência e a militarização; de outro, se atacam os instrumentos de organização e negociação coletiva dos trabalhadores e se perseguem suas lideranças.
3. Iniciamos o processo da nossa 16ª Plenária quando a pandemia de covid-19 já ultrapassa os 3,3 milhões de vítimas fatais no mundo, sendo mais de 435 mil no Brasil. Além de doença e morte, a pandemia tem impactado fortemente a economia. A crise pandêmica, decorrente da paralisação ou redução das ativida-

des produtivas, levou à queda no investimento e no comércio global, mostrando ao mundo, mais uma vez, a centralidade do trabalho. Os sindicatos mostraram-se ferramentas importantes na luta pela preservação de empregos e direitos, mas não puderam conter a explosão do desemprego no mundo. Com isso, especialmente nos países mais pobres e desiguais como o Brasil, voltamos a conviver com a fome e a miséria.

4. É urgente, portanto, o fortalecimento da organização da classe em defesa da vida, dos direitos e da democracia. Para isso, enfrentamos desafios complementares: levar a classe trabalhadora a um novo patamar de organização e luta, ao mesmo tempo em que resistimos à política de destruição de Jair Bolsonaro e lutamos pelo fim do seu governo. Com base em nossa experiência histórica, aprendemos que é a luta que faz a lei e, com fidelidade aos nossos princípios e compromissos fundadores, construiremos as bases para um movimento sindical cada vez mais forte e para que o Brasil reencontre o caminho da democracia e da justiça social.
5. A CUT, em seu 13º Congresso Nacional, em outubro de 2019, consolidou uma estratégia centrada em derrotar a coalização de forças políticas e sociais responsáveis pelo retrocesso político e civilizatório do país, sintetizada na luta pelo fim do governo Bolsonaro. Traduzimos essa estratégia em três eixos: (i) defesa dos direitos, da democracia e da soberania; (ii) construção de alternativas da classe trabalhadora para o Brasil; (iii) atualização do projeto organizativo da CUT.
6. Passados dois anos, nossa estratégia permanece atual, e a 16ª Plenária Nacional da CUT atualiza os eixos de estratégia e plano de lutas, considerando o agravamento dos ataques à classe trabalhadora e a crise sanitária e econômica decorrente da pandemia de covid-19. Por isso, adicionamos um quarto eixo à nossa estratégia: a defesa da vida.
7. A relação da CUT com as organizações representativas dos setores populares e democráticos é parte de uma estratégia permanente, que ganha novo impulso a partir de 2015, quando foram criadas as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, em torno da defesa dos direitos, da democracia e da soberania. Reafirmamos nosso compromisso com essa construção, que hoje se expressa na Campanha Fora Bolsonaro, e com o fortalecimento desses espaços. Entendemos ainda que há convergência e possibilidade de aprofundamento dessa aliança, especialmente na elaboração de alternativas para superar os problemas brasileiros e no que diz respeito à organização da classe trabalhadora no contexto de atualização do projeto organizativo da CUT.
8. Seguiremos desenvolvendo uma relação de unidade e autonomia baseada na estratégia e nos princípios da CUT, com todas as organizações sindicais e com os movimentos sociais e populares da cidade e do campo. Nossa atuação, junto ao Fórum das Centrais, visa à consolidação de uma agenda comum e prioritária da classe trabalhadora, unidade de ação na mobilização de base, articulação institucional e fortalecimento do movimento sindical, em consonância com as deliberações da CUT.

A estratégia da CUT no cenário internacional

9. Em um mundo já marcado por uma grave crise econômica e social - que remonta a depressão de 2008, mas que aprofunda a crise estrutural do próprio sistema capitalista -, a pandemia causada pelo novo coronavírus acelera e torna ainda mais dramática uma realidade marcada por miséria, desigualdade, concentração de renda e de riqueza, trabalhos precários e informalidade, guerras e devastação ambiental.

10. Desde que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em março de 2020, que o mundo enfrentava uma pandemia de covid-19, milhões de vidas foram perdidas, e os impactos econômicos, sociais, políticos e culturais da maior crise das últimas décadas ainda são incalculáveis. Segundo os últimos dados da OIT, a pandemia causou uma perda equivalente a 255 milhões de postos de trabalho em 2020.
11. Como já é característico da acumulação capitalista, a crise atingiu países e pessoas de maneira marcadamente desigual - o sul global, mas também mulheres, negros, jovens e outras minorias de todo o mundo foram mais duramente impactadas. Também segundo a OIT, a América Latina e o Caribe perderam cerca de 26 milhões de empregos em 2020 como resultado de uma queda de 57,4% para 51,7% da taxa média de ocupação durante a pandemia. Os dados ainda indicam uma maior desigualdade laboral entre homens e mulheres e entre brancos e negros, além de taxas recordes de desemprego entre os mais jovens, maior informalidade e retrocessos no combate aos trabalhos infantil e forçado.
12. Mesmo em um momento de grave retração econômica, a concentração de renda e riqueza não para de crescer. Exemplo disso é que as chamadas big techs, nome dado às cinco maiores empresas de tecnologia dos Estados Unidos - Alphabet (Google), Amazon, Apple, Facebook e Microsoft -, fecharam 2020 com um lucro líquido somado de US\$ 206 bilhões (R\$ 1,1 trilhão).
13. Se a crise climática e o descaso com o meio ambiente estão diretamente relacionados com a pandemia, décadas de cortes na saúde pública e nas redes de proteção social, além de ataques aos direitos da classe trabalhadora agravaram as perdas humanas e a devastação dos mercados de trabalho. Nesse cenário, um dos exemplos mais dramáticos dos impactos de uma ordem internacional extremamente desigual é de que apenas dez países concentram cerca de 60% das vacinas aplicadas contra a covid-19 no mundo, segundo dados da Global Change Data Lab. A África e as Américas do Sul e Central somam apenas 6% dessas vacinas, apesar de a população desses continentes representar 25% da população mundial.
14. Nos Estados Unidos, o negacionismo e a gestão desastrosa da pandemia por parte de Donald Trump, mas sobretudo a luta dos milhões de trabalhadoras e trabalhadores, negros e mulheres que foram às ruas de todo o país protestar contra o então presidente e um sistema policial e de justiça que persegue, encarcera e mata o povo negro foram determinantes para a derrota do republicano nas eleições presidenciais. Donald Trump era o principal fiador e modelo de uma leva de políticos autoritários de extrema direita, e sua derrota foi uma importante vitória na luta contra um modelo de exclusão, ódio, intolerância política e religiosa e ataques às organizações da classe trabalhadora.
15. Já no plano interno, Joe Biden, o novo presidente dos EUA, adotou medidas de aumento dos gastos públicos e de taxação dos mais ricos para enfrentar a profunda crise que afeta a nação mais poderosa do mundo. No plano mundial, os EUA voltam a participar das instituições multilaterais, mas Biden continua promovendo uma “nova guerra fria” contra a Rússia e, sobretudo, em relação à China. Além disso, segue a política imperialista de sanções e de bloqueios econômicos, como, por exemplo, os que atingem Cuba e Venezuela.
16. Biden vetou uma série de resoluções no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) que condenavam, mesmo que de maneira formal, os recentes ataques de Israel contra a Faixa de Gaza. Em 11 dias consecutivos de bombardeios - que aconteceram em meio a um cenário de mobilizações do povo palestino contra as ameaças de despejo dos palestinos que vivem na região de Sheik Jarrah, nos arredores de Jerusalém -, os ataques de Israel deixaram um saldo de, pelo menos, 232 palestinos mortos, incluindo 65 crianças, segundo o Ministério da Saúde de Gaza, uma verdadeira “limpeza étnica” e uma aceleração da política de apartheid promovida pelo governo de Israel. É por isso que a CUT

reafirma seu histórico apoio à luta do povo palestino e a defesa ao direito de existência da nação palestina, além de repudiar os massacres perpetrados pelo exército sionista.

17. Na América Latina, região mais afetada pela pandemia causada pelo novo coronavírus, os trabalhadores e povos continuam resistindo, com avanços importantes, mas também com recuos, como no Uruguai e no Equador. Destacam-se a vitória eleitoral na Argentina, as lutas pela constituinte no Chile, as recentes manifestações contra a reforma tributária na Colômbia e a vitória esmagadora do Movimento ao Socialismo (MAS) nas eleições presidenciais bolivianas em outubro de 2020 - cerca de apenas um ano após o golpe de Estado contra o ex-presidente Evo Morales.
18. No último período, a ida do sindicalista professor Pedro Castillo ao segundo turno nas eleições presidenciais no Peru e, principalmente, a explosão popular ocorrida na Colômbia após a realização da paralisação nacional de 28 de abril a chamado de três centrais sindicais - Central Única de Trabalhadores da Colômbia (CUT), Confederação de Trabalhadores da Colômbia (CTC) e Confederação Geral de Trabalho (CGT) -, que se prolongou em uma verdadeira revolta popular envolvendo a Minga indígena, os estudantes e a juventude, os negros e as mulheres, com marchas, bloqueios e ações de massa que enfrentam a brutal repressão policial-militar do governo direitista de Iván Duque, estão aí a demonstrar que a resistência dos povos, que não querem ver o seu futuro destruído por um sistema que os condena à miséria, à fome e à doença, irrompe em plena pandemia. Isso exige a mais ampla solidariedade ativa da CUT e de demais organizações sindicais nos planos continental e mundial às mobilizações em curso, não só na América Latina, mas também em Mianmar, na Palestina e em outros países, inclusive na Europa, e os próprios EUA.
19. No Brasil, a política externa e o prestígio do país foram destruídos pela diplomacia de Bolsonaro e do ex-chanceler Ernesto Araújo. O reiterado desrespeito aos direitos humanos, o descaso em relação ao meio ambiente - por exemplo, nos dramáticos episódios dos incêndios na Amazônia e no Pantanal -, a cruzada obscurantista contra os direitos reprodutivos e sexuais, o vergonhoso servilismo ao ex-presidente estadunidense Donald Trump e os inaceitáveis discursos xenófobos e preconceituosos contra parceiros comerciais e países com os quais mantemos relações diplomáticas estáveis e respeitadas - como China, França, Alemanha, Venezuela, Cuba, Argentina - levaram à completa erosão da credibilidade internacional do país e constituem um nítido desrespeito aos preceitos constitucionais de respeito à autodeterminação dos povos e de não intervenção - princípios que deveriam orientar a nossa política externa.
20. Ao longo da sua história, a CUT acumulou experiência, reconhecimento e alianças no plano internacional fundamentais para o desenvolvimento de suas lutas e objetivos estratégicos. Esse reconhecimento e as alianças se destacam em um momento em que o mundo enfrenta dilemas e disputas globais relacionadas a saúde, economia, trabalho, direitos humanos e relação com a natureza. Por isso, continuaremos atuando para fortalecer a Confederação Sindical Internacional (CSI), a Confederação Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA), as Federações Globais bem como pela ampliação das nossas alianças com outras organizações da classe trabalhadora de todo o mundo.
21. Não lutamos por um “novo normal” no pós-pandemia - pois aquele velho “normal” não nos serve -, mas pela emancipação da classe trabalhadora e por um mundo de paz, reconhecimento e promoção de direitos humanos, igualdade, trabalho decente e com respeito à soberania e à autodeterminação dos povos.

Eixo 1: A defesa da vida

22. A pandemia de covid-19 tem produzido efeitos terríveis sobre as condições de vida da humanidade. A doença se espalhou rapidamente pelo mundo, provocando adoecimento e milhões de mortes. Parte dessas mortes poderia ser evitada caso houvesse maior atenção às recomendações da ciência e uma verdadeira prioridade à vida, em detrimento das pressões patronais pela manutenção das suas taxas de exploração e lucro.
23. Essa, porém, não é a única razão pela qual fazemos da defesa da vida um dos nossos eixos estratégicos. Como vimos, o cenário atual é caracterizado por uma ofensiva do capitalismo que instrumentaliza economia, tecnologia e política para ampliar o controle e o domínio das elites detentoras do poder econômico sobre a vida dos povos. Esses ataques generalizam a precariedade da vida e tornam algumas vidas descartáveis para esse sistema.
24. São muitos os exemplos que expressam essa ofensiva: os projetos de mercantilização, privatização e austeridade nos serviços públicos, como o teto dos gastos, a reforma administrativa e a venda de patrimônio público; os ataques à aposentadoria e o empobrecimento da população idosa, a partir da Reforma da Previdência, são alguns desses exemplos. Junto a isso, os altos índices de adoecimento e morte por causas e acidentes relacionados ao trabalho, o genocídio da juventude negra, a guerra às drogas, que é uma guerra aos pobres, o tráfico de pessoas e a exploração sexual, a violência contra a população LGBTI+ e os feminicídios compõem o caráter extremamente violento desse momento histórico.
25. O trabalho tem centralidade na garantia da manutenção e reprodução da vida. Não apenas a partir do emprego e do salário, mas pela totalidade do trabalho, da energia e do cuidado de que as pessoas necessitam ao longo de toda a sua vida. O conflito entre o capital e a vida ataca as relações, os processos e os trabalhos que sustentam a vida a cada dia e que, em sua maioria, estão sob responsabilidade das mulheres. No Brasil, a reforma trabalhista aprovada pelos golpistas não apenas retrocede às condições de trabalho de antes da CLT, mas também anuncia como as elites empresariais querem que seja o próximo período de acumulação. Em vez de ampliar a garantia dos direitos trabalhistas, a superexploração é regulamentada, e a realidade do trabalho precário vivida há tempos pelas mulheres e a população negra se generaliza e vira a norma.
26. Da mesma forma, o aumento do trabalho em regime home office expõe a classe trabalhadora a maiores riscos psicossociais, com o surgimento de depressão, ansiedade, suicídio e/ou comportamento suicida, e isso exige políticas públicas com medidas de saúde e segurança para o não adoecimento da classe trabalhadora relacionado aos fatores psicossociais.
27. A vida também é ameaçada pela relação insustentável e predatória entre capitalismo e natureza. A terra é explorada por interesses ditados pelas finanças e de maneira dissociada das necessidades humanas. Os padrões de produção e consumo capitalista ameaçam a vida, resultando em fenômenos como o das mudanças climáticas. E, ao mesmo tempo em que há a superexploração dos recursos naturais, se perpetuam e agravam as desigualdades no Brasil e no mundo, uma vez que parcelas significativas da população não têm acesso a itens essenciais à vida, como água e comida.

28. Da mesma forma, a cultura do ódio e da violência estabelecida pelo governo Bolsonaro compromete os direitos individuais e coletivos, colocando para a CUT o desafio de fortalecer uma cultura de prevenção nessas lutas de resistência.

Parar as mortes e superar a pandemia

29. O enfrentamento da pandemia no Brasil exige a conjugação de esforços sanitários, científicos e econômicos. Todos esses esforços deveriam ter centralidade no papel coordenador do governo federal, mas o que ocorreu no país foi o oposto disso. A inação e a dispersão de iniciativas criaram as melhores condições para disseminação do novo coronavírus no país, o que, ao longo do tempo, vem se mostrando como o verdadeiro desejo do governo Bolsonaro.

30. Conter a pandemia, parar as mortes e construir o caminho de saída dessa crise passa pelas seguintes lutas estratégicas:

- a. A defesa intransigente do Sistema Único de Saúde (SUS), universal e totalmente público, integral e de qualidade, pelo fim dos cortes no orçamento da saúde que, este ano, tem menos R\$ 25 bilhões em relação a 2020. O acesso à saúde é, muitas vezes, a diferença entre viver ou morrer. Defender o SUS é defender o direito humano à vida.
- b. A luta pela vacina para todas as pessoas como caminho mais rápido e barato para superar a situação de crise causada pela pandemia. A quebra das patentes das vacinas é um imperativo humanitário para que a imunização contra a covid-19 não continue subordinada ao poder econômico e aos interesses das multinacionais do ramo farmacêutico. A agilidade nas aquisições, no planejamento e coordenação na distribuição é uma exigência para evitarmos a descontinuidade no processo de vacinação no Brasil, já observada no primeiro semestre.
- c. Garantir condições dignas de vida é essencial para que a população possa atender as orientações sanitárias de autocuidado e contenção do vírus. Os direitos a alimentação, moradia, água e esgoto devem ser garantidos, e por isso é tão importante a proteção e a estabilidade dos empregos e o auxílio emergencial de R\$ 600,00 enquanto durar a pandemia. Os despejos, na cidade e no campo, devem ser proibidos, e a agricultura familiar deve ter o apoio necessário para produzir e reverter a alta no preço dos alimentos e as ameaças de desabastecimento. Além disso, a população mais pobre deve ser isenta das tarifas de água, energia e gás natural canalizado.
- d. É preciso negociar protocolos de saúde e segurança nos locais de trabalho com a participação de trabalhadoras e trabalhadores fortalecendo sua organização, a promoção e a proteção da saúde e a melhoria das condições de trabalho. O critério para a realização do trabalho presencial deve ser a garantia de segurança, e não o lucro do patrão.

Eixo 2: A atualidade da defesa de direitos, democracia e soberania

31. A classe trabalhadora é vítima de um forte processo de ataque aos seus direitos sociais e políticos. A estratégia da CUT reafirma a defesa intransigente dos direitos, o compromisso com a organização da resistência da classe trabalhadora e a luta permanente pela reversão do retrocesso político e civilizatório, imposto pela coalizão de forças que governa o país.
32. Os retrocessos impostos à legislação trabalhista e previdenciária e o programa econômico de austeridade e destruição dos serviços públicos são anteriores à crise sanitária, mas foram eles que criaram as condições para que, em meio à crise da covid-19, tivéssemos a aceleração do processo de precarização do trabalho e exclusão social que atinge com mais intensidade as mulheres e a população negra. Portanto, é nossa tarefa lutar por respeito e garantia aos direitos sociais e para que todas as formas de discriminação sejam eliminadas.
33. A democracia brasileira é uma construção inacabada. Ao mesmo tempo em que o país recuperou o direito ao voto a partir do fim da ditadura militar, manteve as seculares desigualdades sociais presentes em toda a sua história, incompatíveis com uma democracia verdadeira. Mesmo a soberania popular, através das eleições, foi rompida pelas elites com o golpe de 2016 e com o lawfare da Operação Lava Jato. Lutar por liberdades democráticas no Brasil, hoje, significa batalhar pela recuperação dos direitos da classe trabalhadora liquidados ou represados por emendas constitucionais (como as EC 95 e 109) e defender a democratização das instituições por meio de uma reforma política e do sistema de justiça. Trata-se também de uma batalha contra as ameaças autoritárias do bolsonarismo, da denúncia da militarização e da pressão pelo impeachment de um governo criminoso.
34. A anulação dos processos contra Lula comprova que o ex-presidente foi vítima de perseguição política e judicial para tirá-lo da disputa eleitoral de 2018. O reconhecimento da sua inocência e a recuperação dos seus direitos políticos é a maior vitória da classe trabalhadora desde o golpe de 2016 e foi resultado da brilhante defesa jurídica e da resistência popular simbolizada na Vigília Lula Livre. A luta por “Lula Livre” continuará até que todos os processos sem fundamento jurídico contra o ex-presidente sejam arquivados. A CUT continuará nessa luta porque, mais do que um líder, Lula é um companheiro do movimento sindical, perseguido por sua ação política. E nós não abandonamos nenhum companheiro.
35. As condições de o Brasil se desenvolver como uma nação soberana são minadas pela subserviência do governo brasileiro ao imperialismo norte-americano e pela sanha privatista de Bolsonaro e Paulo Guedes. O plano de privatizações busca acabar com a soberania nacional. A alta dos preços dos combustíveis e da energia, que hoje é uma inexplicável opção governamental, pode se tornar permanente se as refinarias e a Eletrobrás forem entregues à iniciativa privada. O Brasil se isolou internacionalmente, e a prova disso é que as bravatas de Bolsonaro nos colocaram no fim da fila mundial por vacinas. Possuímos vasto patrimônio ambiental, e a Amazônia, por sua dimensão e diversidade, é a maior marca disso. Esse patrimônio é dilapidado por criminosos estimulados e acobertados pela gestão ambiental de Bolsonaro, enquanto os povos das águas e da floresta sofrem com o abandono dos governantes.
36. A destruição da soberania também avança sobre a Amazônia e demais biomas. O governo tem adotado uma linha de desregulação e ataque às políticas socioambientais, juntamente com a abertura para o setor privado nacional e internacional. O Programa Adote um Parque é um exemplo de como a garantia de

proteção ao meio ambiente vem sendo atrelada a mecanismos que privatizam e terceirizam a responsabilidade do Estado sobre os territórios, assim como ignoram os seus povos.

37. A luta anticapitalista não é possível sem a luta contra o racismo e o machismo, que estão nela impregnados, uma vez que as condições de organização da sociedade reproduzem a subalternidade de determinados grupos, que são identificados como inferiores, estruturando a sociedade e todas as instituições. As relações sociais de classe, raça e sexo estão correlacionadas. Quando olhamos o conjunto do trabalho necessário para a sustentabilidade da vida, compreendemos melhor como o capitalismo utiliza essas relações sociais e define papéis de superexploração conforme a cor da pele e o sexo, por exemplo. Por isso, quando a luta sindical não é antipatriarcal, antirracista e anticapitalista, ela não só oculta essas relações sociais como obtém vitórias à custa da ampliação da exploração desses segmentos.
38. Por isso, não é possível debater um projeto de nação e de desenvolvimento sem que o racismo e o machismo sejam abordados. Uma outra dimensão do racismo e machismo estrutural envolve a violência e o encarceramento em massa como formas de controle social, especialmente da população negra. O racismo e a questão racial não podem ser considerados apenas expressões ou manifestações identitárias; eles estão na essência da produção e reprodução das relações sociais desiguais da sociedade brasileira e são elementos constitutivos do projeto de nação das classes dominantes para o Brasil.
39. Por sua vez, além das relações de classe, as mulheres estão submetidas a relações de opressão de sexo, que se reproduzem em uma rígida divisão de trabalho e de papéis e se expressam em todas as esferas: econômica, política, social e ideológica. É por isso que a eliminação das discriminações contra as mulheres não pode ser resolvida apenas no combate ideológico, mas exige o desenvolvimento de políticas públicas e de organização que ataquem diretamente as formas de discriminação e de opressão. Explicitar o crescimento da violência racial, da violência contra as mulheres e contra a população LGBTI+, que explodem na forma de conflito e luta social, faz parte da defesa dos direitos.
40. Para a CUT, combater o racismo e o machismo no trabalho e na vida é parte de nossa tarefa estratégica e agenda central do sindicalismo que se identifica com os verdadeiros anseios de sua base por igualdade, liberdade e democracia.
41. A juventude é parcela expressiva no mercado de trabalho brasileiro, ainda que nas ocupações mais precárias ou mesmo na condição de desemprego. Em sua estratégia para a juventude, a CUT deve organizar, em aliança com as demais organizações estudantis e juvenis, a luta pelo direito ao trabalho, à educação formal e à qualificação profissional. Isso tem impacto na construção das demandas sindicais tanto em relação às políticas públicas quanto na negociação coletiva. Trabalhamos por condições econômicas e sociais que possibilitem o aumento do número de anos de dedicação exclusiva da juventude à educação, reduzindo a pressão sobre o mercado de trabalho e, quando da sua entrada no mercado, que ela tenha o direito a conciliar trabalho e estudo.

Eixo 3: A necessária construção das alternativas da classe trabalhadora

42. A CUT, em conjunto com movimentos sociais organizados e demais centrais sindicais, reagiu rapidamente à crise pandêmica e apresentou, ainda em março de 2020, a Plataforma Emergencial para o

enfrentamento da pandemia de coronavírus e da crise brasileira, com mais de 60 propostas sanitárias, econômicas e sociais. Em junho de 2020, atualizamos e sintetizamos as propostas prioritárias da CUT na Plataforma Emergencial em defesa da vida. Essas plataformas são importantes referenciais, que permanecem atuais, para orientar nossas lutas e negociações com patrões e governos.

43. Entretanto, mais do que enfrentar a emergência da crise econômica e sanitária, a CUT deve investir na elaboração de uma plataforma capaz de questionar com mais intensidade os pilares da dominação capitalista e apresentar projetos de sociedade, de Estado e de desenvolvimento defendidos por nós, que são antagônicos aos atuais, hegemônicos pelo capital, um projeto democrático e popular com centralidade do trabalho e combate às desigualdades.

44. Essa Plataforma, com as necessárias atualizações, conterá propostas e medidas visando ao crescimento econômico, à geração de empregos, à distribuição de renda, à inclusão social e ao combate às mais diversas discriminações, orientando nossos sindicatos, ramos e Estaduais para o enfrentamento e o combate às nefastas políticas atuais e revertendo as diretrizes erráticas implementadas no governo Bolsonaro. A Plataforma priorizará as seguintes diretrizes estratégicas, já apontadas no 13º CONCUR:

- a. Geração de emprego decente; promoção da igualdade de sexo, raça e geração; e política de valorização do salário-mínimo.
- b. Transição ecológica para uma economia de baixo impacto ambiental e alto valor agregado.
- c. Estado como indutor do desenvolvimento, promotor de serviços públicos de qualidade e agente da redução das desigualdades por meio da justiça tributária.
- d. Sistema financeiro que preserve a soberania nacional, fortalecendo os bancos públicos e de desenvolvimento.
- e. Retomada da indústria nacional com foco no adensamento tecnológico e de cadeias produtivas de valor.
- f. Incremento da democracia participativa e democratização das comunicações.
- g. Fomento ao modelo de desenvolvimento rural sustentável e solidário, com reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar.

45. Neste momento em que a fome e a insegurança alimentar e nutricional voltam aos lares brasileiros, a luta pela terra, o aumento da produção de alimentos e a necessidade de uma política de abastecimento e de geração de renda para a população do campo, das florestas e das águas se tornam cruciais. O Brasil rural representa, segundo as estimativas de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 60% dos municípios brasileiros e 24% da população brasileira - 1 em cada 4 brasileiros/as trabalha no campo ou tem sua renda diretamente vinculada à atividade econômica rural. O campo, além de ser um espaço de produção de alimentos, é, sobretudo, um território em que milhões de trabalhadoras e trabalhadores vivem e lutam por terra, trabalho decente, melhores condições de vida e por um país mais justo, com segurança alimentar e equilíbrio ambiental. As trabalhadoras e os trabalhadores rurais são protagonistas da história da CUT, e é tarefa fundamental da nossa central fortalecer o sindicalismo rural em consonância com um projeto de desenvolvimento rural sustentável e solidário, reforma agrária popular, transição agroecológica para a produção de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos e preservação da sociobiodiversidade - potencializando a nossa luta contra o latifúndio, o trabalho escravo, a violência e as mortes de militantes e sindicalistas do campo.

46. Também é importante conter propostas para a defesa intransigente da educação como bem público, não sujeita à comercialização desejada pelo neoliberalismo e com amplo acesso da população ao conhecimento e aos bens culturais.
47. A construção de alternativas da classe trabalhadora e a disputa dessas propostas implicam, também, na construção de uma visão de mundo e de uma narrativa que as sustentem. É aí que a comunicação e a formação desempenham um papel fundamental, e faz parte da nossa estratégia lutar pela democratização do acesso à informação e da comunicação em geral.
48. Por fim, reafirmamos a nossa defesa de Lula inocente e da sua candidatura a presidente para que os rumos do Brasil sejam amplamente alterados.

Eixo 4: O desafio da atualização do projeto organizativo da CUT

49. A atualização e a reorganização do projeto organizativo cutista deve se pautar por dois movimentos simultâneos e articulados:
 - a. implementação de propostas que dependam exclusivamente da vontade soberana de trabalhadoras/es, representados pelos sindicatos, seguindo os princípios e valores fundantes da Central, e o aprendizado político acumulado de quase quatro décadas de luta;
 - b. a continuidade da luta institucional, combinando as ações de pressão sobre o Congresso, visando à aprovação de propostas que favoreçam e fortaleçam a livre organização sindical e impeçam a aprovação de projetos de lei contrários aos interesses da classe trabalhadora, seja em relação à regulação das relações de trabalho, seja em outros temas considerados fundamentais para a própria classe trabalhadora.

II. O DESAFIO DA ATUALIZAÇÃO DO PROJETO ORGANIZATIVO DA CUT

50. Quando a reforma trabalhista foi aprovada, já vinham ocorrendo profundas mudanças no mundo do trabalho no Brasil, em decorrência de mudanças estruturais, leis e políticas que foram precarizando as relações de trabalho e gerando novas formas de trabalho, além de mais trabalho informal e desemprego crescente.
51. A lei da terceirização e os ataques à organização dos sindicatos, após o golpe de 2016, colocaram em xeque o modelo sindical, tornando imperiosa a realização de mudanças na forma de organizar as trabalhadoras e os trabalhadores. A crise tem múltiplas faces e não será superada com remendos na estrutura sindical, que já não responde aos desafios dos tempos atuais. Vivenciamos quase quatro décadas de lutas, acumulamos um longo aprendizado, consolidamos princípios e valores do sindicalismo classista,

resistimos bravamente nos momentos mais difíceis e contribuimos para transformar a sociedade. Mas não nos enganemos: a crise que hoje atinge o sindicalismo representado pela CUT demanda mudanças mais profundas.

52. Ao atualizar seu projeto político-organizativo, a CUT terá como base as resoluções do 13o CONCUR, que apontaram a necessidade de superação das contradições e dos limites da atual estrutura organizativa, tendo como uma de suas principais referências o Sistema Democrático de Relações de Trabalho (SDRT), construído no final dos anos 1980 e início da década de 1990, que conjugou a defesa de direitos e o fortalecimento da negociação e contratação coletiva como centro do projeto de organização sindical. Essa posição se choca frontalmente com a reforma trabalhista realizada em 2017, que aprofundou o perfil “individual” da relação de trabalho e estabeleceu a prevalência do negociado sobre o legislado e dos acordos de empresa sobre as convenções coletivas.
53. Neste momento, o movimento sindical sobrevive a uma enorme crise financeira e aos ataques sistemáticos vindos do patronato e de todas as esferas, que visam a enfraquecer a capacidade de defesa dos direitos dos trabalhadores, seja através de leis, seja através das negociações coletivas.
54. A última ameaça do governo é aprovar uma PEC que proporcione a pluralidade, mas sem direitos sindicais efetivos. Querem implantar sindicatos por empresa, que fragmentariam ainda mais a representação e organização de trabalhadoras/es, dando margem a interferência das empresas. Reagindo a essa iniciativa, as Centrais Sindicais propuseram a PEC 196/19, que contém elementos centrais de um projeto democrático: liberdade e autonomia sindical, maior representatividade nas negociações coletivas, auto-financiamento, autorregulação e os passos necessários para um processo de transição, que tem como principal formulação jurídica o SDRT da CUT, que orienta um processo de transição para se chegar uma nova forma de organizar e de representar a classe trabalhadora - um novo modelo de estrutura sindical.
55. A precarização e a individualização do trabalho descaracterizam as relações de trabalho e impedem que trabalhadoras e trabalhadores se reconheçam como assalariados e como parte da categoria onde prestam serviços. Muitos se consideram empreendedores, mesmo trabalhando longas jornadas para auferir o mínimo necessário. Por isso, não basta uma reforma legislativa; é preciso articular a luta por uma reforma sindical na Constituição com as transformações sindicais que a realidade impõe. É preciso uma legislação complementar (de transição) que assegure direitos sindicais e proíba as práticas antissindicais cada vez mais frequentes.
56. É momento de ousar a transição para uma nova forma de organizar e de representar o conjunto das/os trabalhadoras/es, partindo do que temos, preservando nossos princípios e valores (liberdade e autonomia sindical, democracia e independência em relação ao Estado e aos patrões) - um sindicalismo classista e de massa, cuja representatividade seja resultado de uma forma de organização decidida por trabalhadoras e trabalhadores, buscando fortalecer e ampliar os processos de negociação coletiva e a superação dos limites do corporativismo, com políticas baseadas na solidariedade e nas demandas da classe trabalhadora.

O processo de atualização do projeto organizativo da CUT

57. Temos pela frente um duplo desafio: reagir à ofensiva do capital, criando entidades sindicais mais fortes e representativas, e acabar com a unicidade imposta pelo Estado. Está na hora de conquistar ampla

liberdade sindical, autorregulada, com prerrogativas e garantias de exclusividade de representação no período de transição da atual estrutura para a organização por ramo de atividade, abrindo espaço para que as entidades se transformem e representem o conjunto das trabalhadoras e dos trabalhadores, independentemente das formas de contratação em cada ramo.

58. Os sindicatos por categorias profissionais precisam ser superados por entidades com representação ampliada, que agreguem todo o ramo de atividade e fortaleçam seus laços com organizações sindicais de todo o mundo, em especial nas cadeias de produção e comercialização globais, bem como nos grandes conglomerados empresariais.
59. Este é o nosso desafio: avançar na construção de entidades que (i) representem o conjunto das trabalhadoras e dos trabalhadores do ramo, no setor privado e no setor público; (ii) tenham forte poder de negociação e disponham de recursos para organizar também as trabalhadoras e os trabalhadores no território; (iii) e sejam capazes de realizar a disputa de projeto de desenvolvimento para o país, a partir de cada ramo de atividade. E nesse processo de reorganização, a formação e a comunicação são ferramentas essenciais.
60. Devemos também fortalecer as entidades sindicais que representam as/os trabalhadoras/es da agricultura familiar, principalmente na luta por suas demandas específicas de políticas agrícolas e agrárias. Da mesma forma, devemos fortalecer os sindicatos de assalariados rurais, cuja ação passa pela negociação coletiva, influenciada pela sazonalidade do trabalho e pela segmentação da força de trabalho entre assalariados permanentes e temporários.

A reestruturação dos ramos - a estrutura vertical

61. O 13o CONCURT decidiu intensificar a organização por ramo de atividade, redefinindo a representação, a organização e a composição de cada ramo, buscando ampliar sua representatividade e fortalecer processos articulados e centralizados de negociação coletiva. Temos hoje 19 ramos, congregando federações regionais e nacionais e confederações com força e credibilidade, tanto no setor privado quanto no público. Temos avançado nessa direção, buscando ampliar as ações diante das cadeias globais de produção e comercialização. Mesmo com dificuldades, às vezes políticas, tem sido possível a realização de ações unitárias por ocasião das negociações coletivas e na luta de resistência aos retrocessos trabalhistas.
62. A reestruturação e unificação dos ramos deve considerar questões econômicas (cadeias de produção e de comércio) e a conformação de conglomerados multinacionais, que aproximam atuais categorias profissionais, o que pode viabilizar o processo de negociação coletiva articulado e centralizado, nacional, preferencialmente, ou regionalmente. Além do exemplo da indústria, podem-se citar as grandes plataformas de e-commerce, tecnologia de informação (TI), sistema financeiro, comércio e telecomunicações. Também é possível mencionar agricultura, agropecuária e agroindústria.
63. Levando em conta essas considerações, propomos à deliberação da 16a Plenária Nacional:
 - a. O processo de reorganização dos ramos e incorporação de novas categorias de trabalhadoras/es, novas filiações e orientação para as entidades, apontado nas Resoluções do 13o CONCURT, deve ser mediado por um fórum interno de regulação da CUT, coordenado pela SG e SNO, com participação dos ramos, e submetido à Direção Executiva da Central.

- b. Caberá a esse fórum, como desdobramento do processo de reestruturação dos ramos, apresentar propostas para os macrossetores, atualmente espaços de articulação entre os ramos.
- c. A reestruturação dos ramos tem como objetivo estratégico fortalecer os distintos processos de negociação, com empresas ou órgãos dos três poderes e das três esferas, conduzidos por entidades representativas e amplas, com capacidade de ação e de autossustentação, abrangendo trabalhadoras/es permanentes e trabalhadoras/es com vínculo de trabalho precário. Esse processo demanda enraizar a organização sindical no local de trabalho, promover processos consistentes de negociação coletiva e assegurar sua autossustentação financeira.
- d. A reestruturação dos ramos deve ter no seu horizonte a composição da classe trabalhadora, que é múltipla e diversa. É preciso que os sindicatos incluam nas suas pautas as demandas trazidas por mulheres, negros, jovens, PCDs, LGBTI+ e comunidades e populações indígenas, além da garantia de espaços de representação.
- e. A CUT dará força à luta pela democratização da estrutura sindical brasileira e levará propostas de composição, modo de funcionamento e modelos de estatutos democráticos para as entidades, segundo princípios aprovados no 13o CONCURT, que balizaram a construção da PEC 196/19.

A organização dos sindicatos

64. A CUT conta atualmente com 3.978 sindicatos filiados, metade dos quais com até 1.000 sócios. Esse quadro torna urgente a ampliação da representação dos sindicatos de base, seja por unificação e/ou por ampliação da abrangência de sua representação para que possamos ter fortes pilares de sustentação para todo o sistema CUT.

65. Avanços em relação à organização sindical implicam também em mudanças substantivas nas práticas sindicais atuais. Muitas têm sido as experiências com a realização de ações, eventos, eleições, assembleias, filiação, atendimento e integração dos trabalhadores por meio de redes virtuais. Da mesma forma, constata-se grande esforço para reduzir despesas, rentabilizar patrimônios, bloquear a queda no percentual de sindicalização, promover atividades culturais e propiciar serviços atrativos para os associados. As melhores práticas devem ser sistematizadas e difundidas.

66. Levando em conta essas considerações, propomos à deliberação da 16a Plenária Nacional da CUT:

- a. que as Secretarias se articulem de forma a contribuir efetivamente com os ramos e as instâncias estaduais para apoiar os sindicatos na superação da crise e no fortalecimento de sua organização e capacidade de ação;
- b. a promoção, nesse sentido, da troca de experiências de processos de unificação, rentabilização do patrimônio, sindicalização e melhoria das receitas, redução de despesas, negociações coletivas, ampliação da representação de trabalhadores precarizados e informais, entre outras;
- c. o desenvolvimento de uma ampla campanha nacional de valorização do sindicato como ferramenta de luta da classe trabalhadora;
- d. a realização do mapeamento de iniciativas alternativas de geração de trabalho, emprego e renda da classe trabalhadora que implicam na necessidade de novas formas de representação sindical, que vêm sendo feitas na base da CUT;

- e. a elaboração de material de orientação e de diretrizes para os sindicatos: o que é um sindicato para nós, qual é sua importância, quais são suas práticas, estratégias, metodologias e qual é a concepção de sindicato - questão do território, representação dos microempreendedores individuais (MEIs), democracia interna, com transparência, representação dos migrantes, dos jovens, dos negros, das mulheres, das pessoas LGTBI+ e em teletrabalho -, iniciativas que vêm sendo feitas na base da CUT, e o que podemos fazer independentemente da lei e que não vai contra nossas resoluções;
- f. o desenvolvimento de campanhas de sensibilização junto às empresas e a inclusão, nas pautas de negociação, de cláusulas que coíbam o assédio nos locais de trabalho.

A organização no local de trabalho

- 67. As transformações no mundo do trabalho e a imensa fragmentação e deslocamento do trabalho (por meio do regime home office) colocam dificuldades para o trabalho de base, para a organização no local de trabalho, para a mobilização e a conexão de trabalhadoras/es que se identificam por segmentos no interior de cada ramo, com suas reivindicações e especificidades.
- 68. Os avanços organizativos e a representatividade sindical somente serão efetivos se houver uma intensificação do trabalho de base, preferencialmente presencial, mas também virtual. Trata-se de estreitar relações para melhor representar, defender as posições sindicais e combater os mecanismos utilizados pela gestão das empresas para envolver os trabalhadores e distanciá-los do sindicato, assim como é importante para identificar novos militantes.
- 69. A Organização por Local de Trabalho (OLT), por sua vez, contribui para democratizar as relações de trabalho, instituindo um núcleo de representantes sindicais que atua como porta-voz das reivindicações das trabalhadoras e dos trabalhadores por melhores condições de trabalho, de saúde e de segurança, abrindo espaço para que sejam reguladas por acordos coletivos.
- 70. A CUT, os ramos e as entidades filiadas devem incentivar a criação de formas alternativas de organização nas empresas, inclusive por meio de redes e plataformas virtuais, sempre assegurando um forte vínculo com o sindicato e a CUT.
- 71. Propomos para a 16a Plenária:
 - a. Lutar para inserir na legislação garantias para coibir práticas antissindicais.
 - b. Aprofundar o debate interno sobre a importância da OLT e traçar uma estratégia para ampliar a criação de OLTs na base dos sindicatos, tendo por referência a socialização de experiências existentes e processos inovadores de comunicação com os trabalhadores.
 - c. Debater e aprovar projetos de formação para qualificar militantes e dirigentes para atuarem no local de trabalho, preparando-os para conhecerem a empresa ou órgão governamental, suas políticas internas, particularmente a de gestão de pessoas, seu planejamento, suas metas de produção ou de prestação de serviços e preparando os sindicatos para as negociações.

A representação dos trabalhadores com vínculo precário de emprego

72. Outra resolução congressual da maior relevância está em buscar a representação de uma legião de trabalhadores desempregados e desalentados, enfim, dos excluídos do mercado de trabalho e mantidos como força de trabalho reserva. Há também que se considerar, nesta estratégia, o trabalho em regime home office, o trabalho remoto e as distintas formas de trabalho informais e precários de que se ocupam milhares de trabalhadores.
73. Aqui, merece destaque a representação, organização e luta pelos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores em aplicativos - tanto em plataformas de transporte quanto em entrega de alimentos e outras mercadorias. Essa modalidade de trabalho, que já apresentava uma expressiva expansão ainda antes da pandemia, explodiu diante da crise provocada pelo novo coronavírus e pela atuação criminosa do governo Bolsonaro. Hoje, as plataformas e empresas de aplicativos se tornaram um instrumento para a obtenção de emprego e renda para milhões de trabalhadoras e trabalhadores em todo o Brasil. É necessário aprofundar os debates sobre as especificidades dessa forma de contratação, por meio de um diálogo fraterno com esse setor da classe trabalhadora, entendendo seus anseios e reivindicações, contribuindo e participando de suas lutas por melhores condições de trabalho - que pioraram de maneira significativa na pandemia -, salário e direitos.
74. Falamos em transformação da organização sindical, e não apenas em reforma sindical, porque não se trata apenas de mudanças a serem realizadas na legislação, mas principalmente de transformações que podem ser feitas apesar dela. Sabemos que cresce a fragmentação das categorias profissionais e a precarização do trabalho, prestado por distintas formas e remunerado de diferentes maneiras, com jornadas estabelecidas ou impostas por metas.
75. As resoluções do 13o CONCUR apontaram diversos caminhos: buscar a ampliação da representação sindical a partir da ampliação da abrangência de suas bases, buscar processos de unificação, intensificar a formação e a comunicação, buscando integrar aos sindicatos o conjunto das trabalhadoras e dos trabalhadores do ramo, independentemente da forma de contratação - seja intermitente, como pessoa jurídica (PJ), terceirizado, autônomo ou outra forma.
76. Por isso, apresentamos as seguintes propostas para a Plenária:
- Contemplar as demandas das trabalhadoras e dos trabalhadores com vínculo precário de emprego nas pautas e mesas de negociação, forjando a solidariedade entre setores mais fortes e setores mais frágeis de trabalhadoras/es.
 - Organizar e sindicalizar trabalhadoras/es com vínculo precário de emprego.
 - Desenvolver formas conjuntas de mobilização e de luta, assim como de integração e convivência.

A organização dos trabalhadores no território

77. A 16ª Plenária Nacional deve contribuir para que os sindicatos se aproximem de comunidades e bairros periféricos, realizando ações articuladas e solidárias, para ali assegurar atendimento jurídico, espaço

para o desenvolvimento da cultura, da educação sindical e popular e para a organização e unificação das lutas populares.

78. Respeitando as associações de moradores, os movimentos populares e as entidades com as quais devemos construir alianças, experiências podem e devem ser realizadas com o objetivo de representar trabalhadores desempregados e informais que exercem suas atividades nesses territórios. Ao se constituir em referência para as lutas populares, a CUT alarga seu campo de ação e fortalece alianças com os movimentos por moradia, culturais, da juventude, de mulheres, contra a fome e outros. O sindicato deve ser identificado como um espaço aberto para a realização das lutas da comunidade.
79. Essa pode ser uma iniciativa intersindical. Entidades filiadas de uma mesma cidade ou região devem compartilhar recursos e trabalhar para viabilizar seu espaço em cada comunidade, geralmente nas periferias. Essas entidades poderão viabilizar o uso de uma sede sindical existente ou de um espaço aberto à comunidade, onde estimularão sua organização e construirão uma relação de solidariedade e cooperação com as organizações e lutas sociais da base territorial.
80. Ainda na perspectiva de representar todas e todos os trabalhadores da base, fortalecendo o sindicalismo classista da CUT, os sindicatos devem dialogar e estabelecer conexões no território com trabalhadoras e trabalhadores, independentemente do tipo de contratação, permanentes, intermitentes, temporários, terceirizados, pejetizados ou informais, ou seja, todos que estejam envolvidos com as atividades desenvolvidas na sua base de representação.
81. Apresentamos à apreciação da 16a Plenária as seguintes propostas:
 - a. Em cada território, a CUT deve articular as entidades filiadas para que reúnam informações sobre grupos de trabalhadoras e trabalhadores que estão se organizando e sobre organizações já existentes de precarizados, formais ou informais, como vendedores ambulantes, trabalhadores de plataformas e de aplicativos, microempreendedores individuais, trabalhadores por conta própria sem direitos.
 - b. Os sindicatos devem apoiar e ajudar a promover iniciativas no campo da economia solidária, construindo conjuntamente suas lutas e fortalecendo os movimentos sociais.
 - c. A CUT pode participar de espaços comunitários, ajudando em temas como apoio jurídico e planejamento das ações no território para geração de oportunidades de trabalho e renda, assistência aos desempregados através de programas de qualificação profissional e ampliação de espaços de cultura, arte e formação política.
 - d. Outro segmento importante para identificação e organização é o de aposentadas/os que perdem contato com os sindicatos e as associações de aposentadas/os existentes e ligadas a muitas categorias organizadas.

A filiação de associações de caráter classista

82. O 13o CONCURT aprovou resoluções visando à ampliação da abrangência da representação das entidades sindicais, independentemente das formas como ocorrem as contratações e a prestação de serviços - são as associações ligadas ao trabalho, que atuam de forma própria, para que possam se identificar com as pautas sindicais. A proposta é incorporar modificações no Estatuto no próximo CONCURT. O Estatuto

estabelecerá regras, direitos e obrigações válidas para todas as entidades filiadas, e todas deverão estar alinhadas com a defesa da democracia sindical.

83. A Plenária deve delegar à Direção Executiva o aprimoramento das regras a partir das experiências efetivas, até o próximo CONCUR.
84. Neste contexto, a 16ª Plenária Nacional da CUT reafirma a orientação congressual:
- As associações de trabalhadoras/es de caráter classista, de que trata o Art. 5º da CUT, são aquelas que desenvolvem atividades sindicais em torno da defesa do trabalho, do emprego e da renda, de melhores condições de vida e trabalho e que representem e organizem trabalhadoras e trabalhadores não representados por sindicatos, federações ou confederações. Seus estatutos devem assegurar a democracia sindical, conforme proposta advinda do Sistema Democrático de Relações de Trabalho.
 - O processo de filiação dessas associações deve respeitar trâmites e exigências previstos nos Art. 5º, 6º, 7º, 8º e 9º do estatuto da CUT e comunicados às entidades dos ramos para constatar se há alguma contestação.
 - A Executiva Nacional constituirá um Fórum de Autorregulação, de caráter consultivo, a partir de indicações dos ramos, com participação da Secretaria Geral e da Secretaria Nacional de Organização, e terá como principal atribuição facilitar e mediar as partes e as direções dos ramos sobre esses pedidos de filiação. A decisão final caberá à Executiva.

Transversalidade

85. Toda a estrutura orgânica da CUT e suas entidades filiadas, nos planos regional, estadual e nacional devem ter uma forte atuação transversal, que contemple e amplie a formação e a participação de mulheres, negros, negras, juventude, população LGBTI+, PCDs e migrantes.
86. Devem ser desenvolvidas ações de combate ao assédio moral e sexual nos locais de trabalho e nos espaços públicos e ações na defesa de políticas públicas para as diversas áreas, refletindo as demandas de todos os segmentos e espelhando a diversidade das representadas e dos representados.
87. A agenda de combate à discriminação e de respeito à diversidade deve estar refletida na composição das direções e nas discussões e encaminhamentos da luta sindical, começando pelo local de trabalho, onde a discriminação se manifesta. Também deve refletir-se nas pautas de deliberação e na agenda de luta das entidades, nas mobilizações, nas manifestações culturais e na mídia sindical. O preconceito e a discriminação são manifestações ideológicas enraizadas no cotidiano, a partir de uma longa história de dominação e opressão, de atitudes e comportamentos velados ou ostensivos. Superá-los requer esforço igual de combatê-los sem trégua, onde quer que se manifestem, em uma linha contra hegemônica. Trata-se de operar uma verdadeira revolução cultural como parte de uma transformação política.

A estrutura horizontal, a organização territorial e a construção de uma central classista

88. O papel da estrutura horizontal da CUT é unir o conjunto dos trabalhadores organizados em sindicatos e ramos, propondo ações e encaminhando lutas de interesse da classe, como também de solidariedade àqueles setores que estão enfrentando desafios ou travando lutas específicas. A conjuntura de fragmentação e dispersão atual exige o fortalecimento de ações locais, seja através de estruturas próprias (regionais ou subsedes) ou de uma ação regionalizada.
89. Devido a todas as mudanças, é preciso também repensar o papel, a estrutura e o funcionamento das Estaduais da CUT e da própria CUT Nacional para lidar com a diversidade de sua base de representação (assalariados, terceirizados, precários e por conta própria). A mudança na estrutura da CUT levará a uma reconfiguração dos sindicatos organizados por ramo de atividade e à recomposição e reestruturação dos ramos. Esse movimento terá impacto na representação dos ramos nas estruturas horizontais da CUT, que deverá preservar a conquista histórica da paridade de representação entre mulheres e homens e sua crescente diversidade.
90. As estruturas horizontais continuarão tendo um papel decisivo na articulação e representação do conjunto da classe trabalhadora no território, tal como foi apontado em partes anteriores deste documento. Algumas Estaduais ainda mantêm estrutura e representação na região, onde realizam intenso trabalho focado em demandas e lutas específicas ou implementando campanhas e lutas de caráter nacional. Outras realizam essa mesma ação com grau maior de dificuldade, sem contar com estruturas regionais próprias.
91. As enormes mudanças no mundo do trabalho, já mencionadas, colocam em debate se as estruturas estaduais devem reproduzir a composição da CUT Nacional ou podem trabalhar com direção e estrutura mais enxutas. Debate semelhante deve ocorrer na CUT Nacional, como desdobramento da reestruturação dos ramos.
92. Essa questão, que envolve relações de poder e o exercício da democracia, deve ser discutida com responsabilidade, maturidade e serenidade. Não podemos fugir dela. A 16a Plenária deverá indicar o caminho a ser percorrido no debate e na formulação de propostas a serem deliberadas no próximo CONCUT.
93. Nesse sentido, propomos para a 16a Plenária Nacional da CUT:
- Resgatar a estratégia e as várias experiências bem-sucedidas dos estados na representação e atuação da CUT nas regiões, socializando-as para contribuir no processo de reconfiguração da própria CUT.
 - Promover ações articuladas entre os sindicatos filiados, possibilitando ações e espaços compartilhados, abertos a trabalhadoras e trabalhadores, a movimentos sociais e a toda a comunidade, para oferecer informações, tratar das questões de trabalho, direitos, lutas e oferecer serviços. Seria uma iniciativa concreta coordenada pela CUT Nacional em parceria com as Estaduais e os ramos para criar um espaço vivo de solidariedade, articulação e luta no território.
 - Organizar, nas grandes cidades, ações nas periferias, com estruturas solidárias, compartilhadas pelos sindicatos em sintonia com as Estaduais e a Nacional - a CUT na comunidade. Para o êxito desse projeto, é fundamental a capacitação e a formação de dirigentes para atuação no território visando à ampliação e ao fortalecimento da organização sindical.

- d. Buscar os sindicatos filiados que estão afastados. Essa deve ser outra prioridade das Estaduais e dos ramos. Só teremos uma democracia efetiva se a participação for a mais ampla possível em nossas instâncias. Por isso, é preciso trazer os que estão fora, mas também é preciso cuidar dos que estão dentro.

A política de Finanças

94. Em um cenário de ataques contra a classe trabalhadora e suas organizações sindicais, enfrentamos uma situação de estrangulamento das finanças dos nossos sindicatos e de grandes desafios na gestão. Este tema, política sindical de finanças e sua atualização, é uma tarefa aprovada pelo 13o CONCUR e um debate complexo e importantíssimo para esta 16a Plenária Estatutária.
95. O financiamento das nossas entidades sindicais é indissociável do debate de modelo de organização sindical e deve estar baseado no princípio da autossustentação financeira. Cabe às/aos trabalhadoras/es decidirem livremente sobre sua forma de organização e financiamento, sem interferência do Estado e dos patrões.
96. Enfrentamos uma gravíssima crise social que provoca a diminuição das nossas bases de representação sindical e a diminuição da receita dos sindicatos, tanto pelo fim da obrigatoriedade do desconto do imposto sindical quanto pela queda do número de sindicalizados. A CUT sempre aliou a luta pelo fim do imposto sindical à sua substituição por uma contribuição negocial, regulamentada em lei, em que a sustentação dos sindicatos se daria pela decisão soberana de trabalhadoras e trabalhadores.
97. A tarefa da CUT, dos ramos e dos sindicatos filiados é reforçar o debate junto à classe trabalhadora sobre a importância da ação coletiva e a sindicalização. Esse é o caminho para defender nossa organização e a arrecadação sindical.
98. Assim, reafirmamos as seguintes ações prioritárias para nossa política de autossustentação financeira:
- a. A sindicalização militante deve ser um esforço permanente. Não apenas com a realização de campanhas, mas com o reforço da presença na base, sendo um sindicato cada vez mais horizontal. A CUT e os ramos devem aprimorar e socializar as experiências de capacitação de dirigentes de base para sindicalização e organização, com metodologia de trabalho que reforce a importância dos sindicatos.
 - b. As assembleias devem ser frequentes e amplamente convocadas, sendo o espaço prioritário para a discussão e a aprovação das taxas coletivas. Novamente, destacamos que a taxa negocial, aprovada em assembleia, não poderá ultrapassar o limite máximo de 1% da renda anual (remuneração) do trabalhador, a ser paga após a negociação do acordo coletivo (convenção).
 - c. A participação coletiva em mobilizações, panfletagens, eleições sindicais e outras ações é fundamental. A construção de estruturas e ações coletivas racionaliza recursos financeiros e fortalece nossas mobilizações. Devemos incentivar a discussão do compartilhamento das estruturas e dos serviços e incentivar a militância solidária. Como já apontado, entidades sindicais que possuem instalações ociosas e enfrentam dificuldades de sustentação financeira precisam debater iniciativas de integração e otimização de estruturas. Além de obter recursos financeiros com os imóveis liberados, o consórcio de entidades, que pode ser designado por Centro de Referência Sindical ou Casa

dos Trabalhadores e Trabalhadoras, deve contribuir para aperfeiçoar a solidariedade, absorver as novas demandas oriundas da crescente “uberização” da força de trabalho e fortalecer a construção de uma visão classista.

d. Deve ser compreendida como uma tarefa contínua a atualização cadastral dos sindicatos junto à CUT, com participação efetiva dos ramos e das Estaduais da CUT.

99. A gestão da Central, de suas instâncias e sindicatos filiados deve ser sempre transparente e participativa, compreendida como um esforço político e de sintonia ao planejamento da entidade, na construção de um planejamento orçamentário e financeiro que possibilite manter e aumentar o investimento político na ação sindical. Devemos reforçar a importância da formação sindical em gestão para dirigentes da CUT e de seus sindicatos filiados, aprimorando e ampliando o curso em gestão na rede de formação sindical da CUT.

100. Além do processo de sindicalização permanente e do trabalho de base militante, receitas alternativas podem ser construídas a partir de iniciativas tais como convênios e prestação de serviços que possibilitem ampliar a arrecadação. Nelas, reforçamos que é essencial precaução e observância à legislação, priorizando-se a transparência e a manutenção da autonomia do Sindicato, além de não perder de vista que o objetivo principal é a organização das/os trabalhadoras/es, e que os recursos obtidos devem ser investidos na luta. Os convênios devem prioritariamente se desenvolver dentro de um modelo que contemple a lógica da distribuição estatutária e solidária.

101. Os sindicatos também podem utilizar as novas tecnologias para desenvolver ferramentas, como aplicativos, que aliem novas formas de organização sindical, de divulgação, diálogo e consulta com trabalhadoras e trabalhadores, e novas formas de prestação de serviços.

102. E, conforme já aprovado pelo 13o CONCUR, nas parcerias e projetos implementados pela CUT Nacional que possibilitem arrecadação financeira não estatutária, destinar um percentual dos recursos ao fortalecimento das Estaduais da CUT.

O Plano de Transição

103. A 16a Plenária Nacional deverá aprovar um Plano de Transição contendo objetivos a serem alcançados até o 14o CONCUR e as diretrizes a serem observadas em relação à recomposição de ramos, fusão de sindicatos, representação e base territorial; representatividade (critérios de aferição de representatividade), negociação coletiva e sustentação financeira, entre outros elementos.

104. O Plano de Transição deverá se constituir no centro das ações planejadas da CUT sobre organização sindical até o 14o CONCUR. Deverá ser orientado pelo projeto de autorregulação da Central e ser objeto de um processo de gestão permanente. Suas ações, sempre que necessário, serão mediadas pelo Fórum, criado como parte do seu projeto de autorregulação, para dirimir conflitos de interesse.

105. O Plano de Transição será orientado pelos princípios construídos pela Central ao longo de toda sua trajetória (liberdade e autonomia, representatividade, capacidade negocial / negociação coletiva, autossustentação financeira, solidariedade).

106. Na construção de entidades amplas e representativas, devem ser exercitados os critérios de representatividade nas negociações coletivas, buscando-se a criação e/ou o fortalecimento de entidades que

representem no processo negocial o conjunto das/os trabalhadoras/es com vínculo formal ou precário de emprego e os empregadores.

107. O processo poderá contemplar, no seu desdobramento, a criação de entidades com representação de outras Centrais Sindicais ou processos centralizados de negociação coletiva que incluam a participação de outras Centrais (a exemplo do que ocorre com os bancários).
108. Sendo aprovado o projeto mais geral de regulação das relações de trabalho (PEC 196), como resultado de mudanças mais profundas na sociedade brasileira - derrota de Bolsonaro e das forças políticas de direita e de extrema direita que o sustentam, fortalecimento da democracia e implementação de novo projeto de desenvolvimento - , a autorregulação das relações de trabalho também passará pelo fórum de autorregulação das Centrais Sindicais e por um fórum mais amplo, abrangendo as Centrais Sindicais e a representação patronal.
109. Caberá a esses fóruns deliberar sobre questões que hoje são delegadas a órgãos do Estado, como: representação e base territorial; representatividade (critérios de aferição de representatividade, momentos de aferição, solução de conflitos de representação); registro e personalidade sindical, negociação coletiva e sustentação financeira.
110. Organizar um sistema de segurança física e digital de entidades, dirigentes, militantes e de manifestações, através de um Programa Nacional de Formação em Segurança Preventiva e Direitos Humanos.

III. PLANO DE LUTAS

111. Dessa forma, a 16ª Plenária Nacional da CUT assume os eixos da estratégia e seu desdobramento em diretrizes de ação como parte do seu Plano de Lutas para o próximo período, bem como o Plano de Transição para a organização sindical. Como ponto de partida para o debate da 16ª Plenária Nacional da CUT, apresentamos as lutas prioritárias definidas pela Direção Nacional da CUT em dezembro de 2020:
 - a. Vacinas para todos já! Em defesa do SUS e suas políticas de saúde, do ensino e pesquisa brasileira. É preciso quebrar patentes e investir recursos para testagem e vacinação em massa!
 - b. Nenhuma demissão! Por mais e melhores empregos, é preciso garantir e recuperar os direitos trabalhistas e apontar em direção a um projeto de desenvolvimento que favoreça a indústria, a produção nacional, a defesa do meio ambiente e a inclusão social.
 - c. Defesa da indústria, com ações pela retomada do desenvolvimento industrial e tecnológico e pelo fortalecimento da organização setorial, visando a gerar e preservar empregos e participar da construção de um modelo de reindustrialização, garantindo a preservação do meio ambiente, sob a ótica das trabalhadoras e dos trabalhadores.
 - d. Contra a fome e a miséria, auxílio emergencial de R\$600 até o fim da pandemia para todos que precisam e renovação dos programas de proteção do emprego e da renda, pela retomada das políticas de incentivo à agricultura familiar e à produção de alimentos, pela formação de estoques públicos e pela redução do preço dos alimentos.
 - e. Em defesa das estatais e dos serviços públicos. Contra as privatizações, a reforma administrativa e o teto de gastos.

- f. Racistas e machistas não passarão! Pela sustentabilidade da vida da população negra e das mulheres. Contra a violência racial e de gênero, por autonomia das mulheres e reparação histórica ao povo negro.
- g. Nenhum direito a menos! Unificar as campanhas salariais, em defesa dos empregos e das conquistas da classe trabalhadora.
- h. Lula livre! A luta continua até que todos os processos contra o ex-presidente sejam arquivados. Por justiça e democracia para todos e para Lula!
- i. Em defesa do meio ambiente! Resistiremos, junto aos povos do campo, das florestas e das águas, à destruição das políticas ambientais e de promoção da produção sustentável. Defendemos uma transição ecológica justa e democrática com valorização e proteção dos trabalhadores do campo e da cidade.
- j. Defesa da Amazônia, da reforma agrária e da segurança alimentar. Defenderemos um projeto de desenvolvimento sustentável, destacando a Amazônia, onde bioeconomia, terra, água e energia como bens coletivos ganham relevância, assim como a luta contra a contaminação por agrotóxicos e sua indiscriminada liberação e pela soberania e segurança alimentar.

ANEXOS

Contribuições ao Debate

Apresentamos a seguir quatro textos, denominados “contribuição ao debate”, conforme aprovado pela Coordenação Nacional da 16ª Plenária Nacional da CUT.

Os textos são de responsabilidade das forças políticas representadas na Executiva Nacional da CUT e pelos/as dirigentes que os assinam. Não são complementares ao texto-base. Portanto, não fazem parte do texto-base e não serão votados e nem receberão emendas.

O Texto 01 é assinado pela EPs Sindical. O texto 02 é assinado pela CUT Independente e de Luta. O Texto 03 é assinado pela Articulação de Esquerda. O Texto 04 é assinado pela CSD

Texto 01

Contribuições de Conjuntura - EPS

As rachaduras no consórcio golpista e os desafios da esquerda

A partir das sucessivas e recentes derrotas do bolsonarismo e do “lavajatismo”, dois importantes pilares do Consórcio Golpista, e para que a CUT cumpra seu papel de protagonista no cenário político é preciso a correta compreensão das brechas que se apresentam com o novo quadro.

Tal ponto de inflexão da conjuntura, ultrapassa - inclusive - a agenda eleitoral de 2022. A quebra do consenso no “comitê central do golpe” expõe grandes possibilidades para a disputa de hegemonia na sociedade.

Assim, a crise social e sanitária; o próprio desmanche da Lava Jato; o recrudescimento do autoritarismo e da violência, como alternativa para a perseguição da esquerda, e os arranjos políticos para a construção de alianças táticas e outras estratégicas, são os focos para a compreensão do período em que vivemos. E à base disso tudo, temos as demandas da acumulação capitalista, cujo único caminho de sucesso é o “insucesso” das classes sociais que vivem do trabalho.

O Consórcio Golpista vive uma crise estrutural. A tentativa de separar a pauta de Paulo Guedes do restante do bolsonarismo, preservando aquele e enfraquecendo este, não vem dando resultados promissores. A tragédia sanitária, as fissuras nos interesses oligopolistas que sustentaram o golpe de 2016 e a aproximação das eleições de 2022 são o palco da citada crise estrutural. Tudo que parecia sólido ao final de 2018 desmancha-se no esterco das contradições da direita.

1) A crise sanitária revela algo além da incompetência de Pazuello que, junto com seu comandante-em-chefe não correu na frente para “beber da água limpa” e comprar os escassos estoques das vacinas anti-Covid 19. Isso até satisfaz a crítica liberal de parte do Consórcio Golpista. Mas não é tudo. O capital tem plenas condições de prover a humanidade das 10 bilhões de doses de vacina necessárias para conter a transmissão do vírus e alcançar, até o final de 2021, a imunidade coletiva. Isso só não ocorre porque as

demandas da acumulação das indústrias farmacêuticas e das cadeias produtivas correlatas sabem que esse é o momento amplificar seus lucros. Junto com isso temos as disputas geopolíticas mundiais entre as potências que detêm 80% do parque industrial planetário de fabricação de vacinas, soros e medicamentos em geral: EUA, China, Índia e, em menor escala, Rússia.

- 2) Eis o campo minado da guerra pelas vacinas. E por isso não se trata apenas de criticar a lentidão do governo genocida que não “pulou na frente da fila”. O campo popular deve ir além dessa obviedade, criticando o sagrado direito de patente, defendendo a SOBERANIA FARMACÊUTICA, propondo o fortalecimento das estatais que produzem vacinas e medicamentos e exigindo o resgate da participação ativa do país no Brics. Isso deve ser feito, inclusive, à revelia do governo genocida, com o incentivo a que o Congresso Nacional, o Judiciário, movimentos populares, sociais e progressistas interajam com os atores do Brics, mesmo que em condições limitadas. Assim articular os fóruns e redes internacionais ligados aos partidos e movimentos populares como: o Fórum Social Mundial, o Foro de São Paulo, a Via campesina, a marcha Mundial das Mulheres entre outros, podem e devem cumprir um papel destacado. A Soberania Farmacêutica é o contraponto ideológico que pode atrair a atenção de massas de milhões, acuadas que estão com as contradições paralisantes do Consórcio Golpista. Considerando a longevidade possível da crise social e sanitária, exige-se uma reconversão industrial em solo brasileiro no rumo de um PAC de iniciativas no terreno da produção de Ifas, vacinas, antivirais, soros e insumos como seringas, agulhas etc.
- 3) Ao lado dessa questão estratégica, temos os abalos recentes na vertente judicial do golpe de 2016, com o “tiro no pé” da Lava Jato dado por Edson Fachin, que almejava a salvação da operação criminosa chefiada por Moro, resultando na anulação das decisões proferidas contra Lula na 13ª Vara de Curitiba. E para completar o quadro, tivemos o acatamento do HC impetrado pela defesa de Lula, solicitando a suspeição do juiz parcial. Tais rachaduras expressam as profundas e insanáveis contradições no seio das elites. Contudo, mesmo festejando mais essa trinca no edifício golpista, é preciso ir além da repercussão inicial impulsionada pelas circunstâncias, exigindo-se a abertura de processo judicial contra as figuras que lideraram o espetáculo grotesco da Lava Jato, propondo a devida punição ao ex-juiz, aos membros do MPF e da PF envolvidos nos atos criminosos de produção ilegal de provas, pleiteando a quebra de sigilo dos tais acordos de delação premiada etc.
- 4) Ao mesmo tempo, o PT deve acusar Moro e a Lava Lato de terem prestado um imenso desserviço à legítima e necessária luta contra a corrupção, ao partidizar o debate, focar no PT (deixando os corruptores do sistema financeiro e dos oligopólios atingidos periféricamente, aliados da elite tucana, praticamente livres e redivivos no processo). A esquerda tem que retomar a bandeira da luta contra corrupção, arrancando-a do lavajatismo, que nada mais fez do que reordenar a presença de frações capitalistas na disputa por nacos da riqueza nacional. Abrindo espaço, inclusive, para estatais de outras potências e oligopólios estrangeiros controlarem parte daquilo que poderia sustentar nossa soberania enquanto nação: petróleo, água, minérios, biomas e florestas. Esse é o LEGADO da Lava Jato, que merece a pena máxima! Trata-se aqui de repor, como condição de sobrevivência de largas parcelas do povo, a pauta da SOBERANIA NACIONAL, que se vincula à geração de empregos, à soberania alimentar/nutricional e à soberania farmacêutica.
- 5) Isso tudo demanda que tenhamos a evidente dimensão de “nosso tamanho” real e da necessidade de um projeto popular de reconstrução nacional, vertebrando nossa reconexão com o povo; precisamos discernir aquilo que são alianças táticas e conjunturais e as alianças estratégicas coerentes com esse projeto popular. Misturar essas duas coisas é algo tão errado quanto separá-las de forma estanque. Nosso ponto de partida deve ser a compreensão de que o aprofundamento da crise desnuda ainda mais a brutal desi-

gualdade social que atinge o povo pobre, trabalhador, em sua maioria mulheres e negros. A construção de uma Frente Progressista e de Esquerda, para embates sociais e até eleitorais, está intimamente relacionada com a reconexão com os setores populares.

- 6) Por último, mas não menos importante, cabe às forças democráticas, progressistas e de esquerda se prepararem para enfrentar os ensaios autoritários que surgem aqui e ali na conjuntura. Se o aparato jurídico e policial do Estado burguês já não concentra suas armas políticas exclusivamente contra a esquerda, temos agora o aparecimento de espasmos de milícias políticas, organizadas a partir do bolsonarismo. A esquerda deve se vincular estreitamente aos setores populares que sofrem a violência estatal e construir trincheiras de solidariedade.

À guisa de conclusão, sugerimos:

- a) a defesa da ajuda emergencial, por seis meses (tempo da vacina) de R\$ 600; a defesa de uma Frente Ampla pela Vacina (para isolar o governo genocida), sem prejuízo de nossa bandeira da SOBERANIA FARMACÊUTICA, que não se impõe à Frente Ampla pela Vacina, mas não sucumbe a esta;
- b) o aprofundamento das vitórias políticas e jurídicas de Lula contra o “lavajatismo”, vertente lesa-pátria, exigindo a anulação de todos os processos e a responsabilização criminal dos responsáveis; e devemos sair da defensiva e retomar o protagonismo da luta contra a corrupção, com destaque para o combate à sonegação fiscal;
- c) o correto processamento do debate sobre alianças de curto, médio e de longo prazos, sempre nos guiando por determinações estratégicas, avaliando a correlação de forças, exercitando a amplitude tática e muita firmeza ideológica;
- d) a dedicação do campo popular às articulações das lutas sociais, de resistência e também de sobrevivência, assim como potencialização da campanha pelo Impeachment - Fora Bolsonaro. Para tanto, priorizando nos encontros setoriais do partido para uma aproximação com os movimentos e organizações populares, respeitando suas diversas formas de luta e organização.
- e) a abertura da reflexão sobre como reagir aos cada vez mais crescentes sinais de autoritarismo, violência e de ações persecutórias por grupos sociais não-estatais contra a esquerda.

Saudações Socialistas,
Maio de 2021
EPS Sindical

Texto 02

Contribuição ao debate da 16ª PLENCUT “Em defesa da CUT independente e de luta”

Organizar a luta de classe e resgatar as melhores tradições da CUT

A crise do sistema capitalista mundial, que já vinha de antes, foi acelerada pela pandemia em 2020, ampliando os ataques aos trabalhadores e povos. Governos a serviço do capital dizem que o “inimigo comum é o vírus”, buscando uma “união nacional” que impeça a resistência a seus ataques. Seja “em nome da ciência”, seja pelo “negacionismo”, com ou sem “lockdown”, eles utilizam a pandemia para “passar a boiada”.

Mas a resistência existe. Hoje seu ponto alto está na Colômbia - “estamos nas ruas porque o governo é pior que o vírus” - e na Palestina, cujo povo é de novo alvo de massacre pelo Estado de Israel com apoio de Biden dos EUA. O responsável por essa crise dramática é o sistema capitalista. A questão que se coloca para os sindicatos é a de combater o capital e os governos a seu serviço, ou associar-se a eles, deixando de ser órgãos de luta de nossa classe.

No Brasil, o governo Bolsonaro está a serviço da política do imperialismo. Assim como governadores que abrem e fecham a economia ao sabor das pressões de empresários. Resulta daí a fome que ameaça mais de 100 milhões de pessoas, os mais de 14 milhões de desempregados, os 10 milhões com salários reduzidos e contratos suspensos, o colapso hospitalar, a falta de insumos e vacinas, os altos níveis de contágio e mortes pela Covid-19.

É hora da CUT reagir e ocupar o seu lugar

Passado ano e meio do início da pandemia, os pobres ficaram mais pobres e os ricos mais ricos no Brasil e no mundo. As propostas que a CUT levantou em março de 2020 - estabilidade no emprego, salários integrais e direitos; renda mínima emergencial de um Salário Mínimo; taxaçoão dos super ricos - não saíram do papel.

O grosso da nossa classe esteve e está em trabalho “presencial” e os sindicalistas deveriam estar onde está a sua base. Mas, a direção da CUT transformou o “isolamento social” numa “linha política” paralisante, que não dialoga com a realidade da classe, nem com a do Brasil, onde a maioria do povo, sem qualquer ajuda do poder público, não pode “ficar em casa” e morrer de fome. Por isso, com todos os cuidados - máscara, álcool e distância - são necessárias ações de rua para lutar “em defesa da vida”.

Escolas públicas ficaram fechadas mais de um ano, sem nenhuma medida dos governos para reabri-las em condições sanitárias seguras, e agora querem forçar a volta às aulas sem essas condições. As famílias vivem um drama social com escolas fechadas, os alunos não têm acesso ao “ensino remoto” que submete o professor ao sobretrabalho. Cobrar dos governos condições sanitárias para a volta às aulas seria necessário, mas entidades sindicais do setor muitas vezes exigiam apenas manter o teletrabalho, que destrói a educação como direito social e compromete o futuro da juventude.

O teletrabalho se estende também a outros setores (como bancários, jornalistas etc), pois ele interessa ao empregador (reduz custos) e individualiza a relação laboral. O que pede dos sindicatos ação para que os direitos coletivos (convenções e acordos) sejam garantidos aos que estão sujeitos a esse tipo de exploração.

A responsabilidade da direção da CUT

A direção da CUT vem privilegiando, a partir do Fórum das centrais, a ação de dirigentes junto ao Congresso e a governadores, descolada de mobilização das suas bases, alegando a pandemia.

Os resultados são negativos. Como exemplo, as “medidas de proteção ao emprego” (redução de salários e suspensão de contratos de trabalho). Tais medidas foram aplicadas, via de regra, em acordos individuais, excluindo os sindicatos - o que é inconstitucional (vide a atual MP 1045) - enquanto os patrões recebem benesses fiscais.

A executiva nacional da CUT se viu diante de “pratos feitos” vindos do “Fórum das centrais”. Foi assim com os atos de 1º de Maio virtual de 2020 e 2021, com a presença de inimigos da classe trabalhadora. Ainda bem que no 1º de Maio deste ano algumas CUTs estaduais e sindicatos filiados fizeram atos de rua e carreatas com outros setores, com as reivindicações de nossa classe no seu dia internacional de luta.

Em 26 de maio, durante o ato no DF por Vacina e 600 reais, dirigentes entregaram a “Agenda Legislativa das centrais sindicais” ao Congresso. Seu ponto 5 propõe: *“Criar no âmbito do Congresso Nacional uma Comissão Nacional de Enfrentamento da Crise Sanitária e Econômica, com participação dos poderes, dos entes subnacionais e da sociedade civil organizada”*. Ora, uma comissão dos “poderes” inclui o Executivo federal (e o Judiciário); “subnacionais” são governadores e prefeitos, e “sociedade civil” inclui as centrais e os empresários. O que é isso senão uma “união nacional” com o governo genocida? Tal “agenda” tampouco passou por discussão na executiva da CUT.

Ainda assim, não faltaram lutas nos locais de trabalho e nas ruas - como a greve nacional dos Correios - mas elas ficaram isoladas e dispersas, dada a política geral da direção da CUT de privilegiar ações na “bolha virtual” e no plano institucional.

É preciso voltar às ruas para derrotar o genocida

Em 13 de maio, atos do movimento negro contra o massacre de Jacarezinho tomaram ruas de capitais. Um fato a mais a demonstrar que a volta da CUT às ruas - com todos os cuidados necessários - é urgente.

Esperar “em casa” até outubro de 2022 para eleger Lula não responde ao atual momento. Sim, queremos um governo Lula que faça as reformas populares e as transformações há muito necessárias. Mas a luta é agora, inclusive pela anulação de todos os processos contra Lula e a punição de Moro e Cia. Nem um dia a mais para o governo genocida! O que começa nas ruas em 29 de maio por “Fora Bolsonaro” deve ter continuidade.

Para tanto é preciso reafirmar o lugar da CUT e suas instâncias. Somos pela unidade de ação com outras centrais, em cima de questões concretas e com mobilização das bases. O que é diferente de subordinar a CUT ao consenso rebaixado do “Fórum das centrais” como se ele fosse a “direção” do sindicalismo.

É preciso que nossas instâncias, desde a executiva nacional, elaborem propostas dirigidas às outras centrais e às frentes (unidas na Campanha Fora Bolsonaro). E não o contrário, com a direção da CUT “referendando” decisões tomadas em outros espaços e que ela própria não discutiu.

Uma delas foi a criação de uma entidade “mista” CUT-Força, a Industrial-Brasil, para fazer “projetos de reindustrialização” em parceria com Universidades e empresários, sem discussão prévia na direção da CUT (por “decisão autônoma do macrossetor”, como disseram alguns dirigentes).

Defender a CUT como central sindical independente

É tema da 16ª Plencut “novas formas de organização sindical diante das mudanças no mundo do trabalho”. O ponto de partida para essa discussão são os princípios da CUT (Estatuto): independência diante do Estado, governos e patrões, autonomia diante dos partidos e organismos de caráter institucional; luta pela liberdade e autonomia sindical; defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, por melhores condições de vida e trabalho e engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo.

O sindicalismo brasileiro vive uma crise de organização e representação, acentuada pela “reforma trabalhista” de Temer e o fim do imposto sindical. A CUT, que nasceu contra a unicidade e imposto sindical, com o passar do tempo adaptou-se ao modelo oficial e hoje também é afetada por essa crise.

Para superá-la é preciso “amassar o barro” para sindicalizar - sem distinção de sexo, religião, nacionalidade ou posição político-ideológica - a classe trabalhadora. A estrutura sindical deve ser autofinanciada desde o sindicato de base (que cotiza com a central). Ao filiar-se à CUT, o sindicato contará com solidariedade e apoio político e material de outros sindicatos e da própria central.

A CUT filia entidades coletivas. Nada justifica a filiação individual. Os terceirizados e precarizados de um ramo de atividade - inclusive no setor público - podem e devem ser incorporados ao sindicato deste ramo ou setor. Tanto os trabalhadores informais como os “uberizados” podem organizar-se coletivamente e filiar-se à CUT. Devemos apoiar a livre organização sindical, respeitando as tradições existentes e avançando na fusão de sindicatos afins.

Nos “territórios”, sub-sedes de sindicatos ou da CUT não se dissolvem em “movimentos”, mas se articulam com associações de moradores, movimentos populares nas lutas comuns, pois o sindicato é uma das formas, não a única, de organização dos trabalhadores (há partidos, movimentos e outras entidades que devem ser respeitadas).

Por fim, a CUT deve decidir a sua própria estrutura e normas de ação sindical (auto-regulação), sem subordinar-se nem à PEC 196, sujeita a chuvas e trovoadas no Congresso atual, nem tampouco à regulação e fiscalização por organismos externos à CUT. Por isso somos contrários a que um fórum de centrais sindicais substitua o antigo papel do Ministério do Trabalho de disciplinar a ação sindical.

28 de maio de 2020

João B. Gomes (SP), Marize Carvalho (BA) | Executiva Nacional
Cleusa Cassiano (DF), Cida Pinto (MG, licenciada), Renê Munaro (SC), Juliana Salles (SP) | Direção

Texto 03

Contribuição da Articulação de Esquerda ao debate de conjuntura

Até o dia de hoje, 28 de maio de 2021, o número de mortos pela Covid já ultrapassa os 450 mil, mais que o dobro de todo o ano passado, indicando uma aceleração catastrófica da doença, devido a novas variantes do vírus, a ausência de medidas adequadas de isolamento social, a ausência de auxílio financeiro emergencial de no mínimo 600,00 e de medidas de proteção ao emprego e a desastrosa política de vacinação adotada pelo governo federal.

O capitão-presidente Jair Bolsonaro é o maior aliado do vírus, porque a propagação do vírus e a sua disseminação no território nacional é promovida sob a liderança da Presidência da República, com o objetivo de retomar a atividade econômica o mais rápido possível e a qualquer custo.

Na realidade, a descontrolada disseminação viral cria as condições de intensa e contínua transmissão e favorece a aparição de novas variantes do vírus. O sucesso da luta pela rápida vacinação de toda a população brasileira, a melhor e mais segura forma de alcançar o cenário da imunidade coletiva, pressupõe que o atual presidente, seu vice-presidente e os demais titulares de seu governo precisem ser destituídos de seus postos, submetidos a julgamento e punidos por esta tragédia.

Ao lado da peste e da morte, a fome também segue avançando. A interrupção por vários meses do auxílio emergencial, o crescimento do desemprego e a inflação empurram parte importante da população brasileira para uma situação insuportável. As políticas implementadas pelo governo federal são direta e indiretamente responsáveis por todo este sofrimento. A financeirização, a desindustrialização, a primarização, a desnacionalização da economia, a privatização de empresas públicas (como a Petrobrás, a Eletrobrás e os Correios), o desmonte dos serviços públicos que serão ainda mais atacados com a Reforma Administrativa, e os cortes em todas as áreas sociais já seriam desastrosos em qualquer cenário. Por isso não basta o *impeachment* do “presidente”: é necessário derrotar o conjunto deste governo e de suas políticas neoliberais.

Ao lado da peste, da morte e da fome, avança a guerra, grande parte do governo Bolsonaro está sob gestão militar, a estimativa mais modesta é de que 6.000 altos oficiais estão exercendo cargos federais estratégicos. Ao mesmo tempo, ocorre um “empoderamento” das polícias militares em todo o país, crescendo simultaneamente a influência da extrema direita bolsonarista entre os policiais e seus comandos, com destaque para as PMs. Facilita-se também a importação e a comercialização de armamentos de “uso pessoal”: o governo presidido por um aliado das criminosas milícias está incentivando abertamente as camadas ricas da população a se armarem.

Peste, morte, fome e guerra anunciam a que a barbárie está às nossas portas, com parte majoritária da população sendo submetida a um imenso sofrimento mental e a todo tipo de violência. Uma das consequências desse agravamento da situação é que se aprofunda o conflito entre as diferentes facções do condomínio que realizou o golpe parlamentar de 2016 contra Dilma, sustentou o golpe judiciário contra Lula e apoiou no primeiro e/ou segundo turno de 2018 a fraude que levou Bolsonaro à presidência. A eleição da presidência da Câmara dos Deputados e do Senado, a prisão do deputado Daniel Silveira, o fim da Operação Lava Jato, as decisões do STF sobre Lula e Moro, a reforma ministerial e a disputa em torno do Orçamento 2021, que diminuiu recursos da saúde em meio a pandemia para ampliar o valor das emendas parlamentares, são os

acontecimentos mais recentes de uma guerra intensa entre aquelas facções, guerra que pelo menos até o momento não colocou em questão um consenso que há nas elites: manter a classe trabalhadora do lado de fora e do lado de baixo. Fora do poder e debaixo do tacão.

Frente a esta situação, as organizações da classe trabalhadora estão na defensiva e a esquerda encontra-se dividida em relação à tática, para além das divisões programáticas e estratégicas. Há mobilização da opinião pública - afetando a popularidade do governo, que não obstante mantém importante apoio - mas até o momento não houve mobilização presencial de massa. Sendo importante reconhecer que não é apenas a pandemia, o golpe e seus efeitos, que explicam o comportamento da maioria das organizações da classe trabalhadora, incluindo a maioria que dirige a CUT. Parte desta defensiva resulta da política adotada desde 2003 por uma parte importante da esquerda, que escolheu trocar a mobilização pelo "lobby" nas instituições, defendendo ser melhor um acordo ruim do que arriscar uma boa luta, sacrificando os objetivos estratégicos em nome de pequenos ganhos táticos, com o objetivo de reduzir danos.

Neste momento, final de maio de 2021, ainda predomina em boa parte da esquerda brasileira, inclusive em parte importante da maioria que dirige a CUT em nível nacional, uma tática que pode ser resumida assim: tentar derrotar Bolsonaro em 2022, através de uma frente ampla entre a esquerda, o centro e parte da direita. Os Primeiro de Maio da pandemia simbolizam esta tática. Não será uma solução por cima, articulada com setores golpistas, mantendo a classe trabalhadora no andar de baixo e com papel coadjuvante que poderá equacionar a crise sistêmica que vive o país.

É nesse ambiente que a extrema-direita aprofunda a disputa nas ruas e realiza mobilizações cada vez mais frequentes de apoio ao genocida, pregando o negacionismo e sem cuidados sanitários.

Em que pese todos os esforços das CUTs, das Frentes, dos sindicatos para impulsionar mobilizações simbólicas e virtuais e organizar a luta durante o período pandêmico, fica evidente que sem movimentos massivos, com ocupação das ruas, não conseguiremos derrotar a avalanche de ataques aos direitos, às liberdades democráticas e criar as condições políticas para vencer a crise sanitária e social.

As lutas de massa do povo americano, do povo chileno, do povo boliviano abriram as condições políticas para que inclusive medidas mais eficazes de combate à pandemia fossem tomadas, não podemos nos enganar e principalmente iludir as nossas bases que vamos defender a vida ficando em casa, com lives e atos simbólicos, enquanto milhões de trabalhadores e trabalhadoras se expõem cotidianamente ao vírus.

A anulação dos processos de Lula abre novas perspectivas, mas se Lula livre, com direitos políticos e vacinado é um combo quase perfeito, a classe trabalhadora em luta não pode faltar a esse encontro com muita luta social.

Neste momento, mesmo com setores da esquerda e dos movimentos populares e a maioria da executiva nacional da CUT adiando e não orientando a mobilização presencial de rua, o Movimento Fora Bolsonaro, que reúne as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo e outras organizações, convocam pela primeira vez atos de rua para o dia 29 de Maio, que poderão marcar uma nova etapa da luta contra o governo Bolsonaro. Apesar da orientação nacional, algumas CUTs estaduais e sindicatos convocam para as mobilizações de rua, organizando e orientando as medidas sanitárias que reduzam ao máximo os riscos de contaminação nestas manifestações.

A correlação de forças necessária para nossa vitória não cairá do céu. Constrói-se. E isso exige demarcar posição nas ruas contra Bolsonaro e suas políticas e organizar a luta social, para que esta reconquista seja possível, a esquerda e o movimento sindical cutista precisam recuperar território perdido nas bases sindicais, nos locais de moradia, nos locais de trabalho, nos locais de estudo, nos ambientes de cultura e

lazer, bem como junto às lutas populares, especialmente entre os jovens, as mulheres, os negros e negras. E esta reocupação do território perdido exige tanto a reorganização da CUT para ampliar a sua representação na classe trabalhadora como a luta em torno das questões imediatas: a luta contra a pandemia e pela vacinação para todos e todas, pelo fortalecimento do SUS, a luta contra o desemprego e a fome, pelo auxílio emergencial de 600 reais contra a carestia e mais, a luta pelo Fora Bolsonaro imediato, com antecipação das eleições e garantia da candidatura de Lula.

Será durante o processo de debates da 16ª Plenária Estatutária, entre junho e outro de 2021, que esta luta seguirá sendo travada, em meio a uma crise profunda, em que parece que tudo pode acontecer, inclusive nada. Mas o mais provável é que - frente ao avanço da peste, da morte, da fome e da guerra - haja um aprofundamento da disputa política no país. Se a classe trabalhadora não entrar em cena, a disputa será resolvida na luta entre as diferentes quadrilhas da classe dominante, com parcelas da esquerda aceitando escolher o suposto mal menor. Só uma grande onda de lutas sociais reverterá a catástrofe. A CUT deve fazer de tudo para estimular e buscar dirigir esta luta. Sem ilusões no STF, no parlamento, nas forças armadas e na classe dominante. A salvação da classe trabalhadora só pode ser obra da própria classe trabalhadora.

Jandyra Uehara Alve

Executiva Nacional da CUT

Ismael José César

Executiva Nacional da CUT

Ivonete Alves

Executiva Nacional da CUT

Roberto Santos

Presidente da CUT Sergipe

Eliane Bandeira

Presidente da CUT Rio Grande do Norte

Texto 04

Contribuição da CSD à 16ª PlenCUT

Vida ,democracia ,liberdade e autonomia

A combinação da luta política e sindical é uma dimensão central da trajetória da CUT e de um projeto classista. Uma agenda política nítida e convergente com os interesses imediatos da classe trabalhadora é pré-condição para que a CUT seja sua porta-voz reconhecida pelo conjunto da sociedade.

Vivemos uma crise humanitária e democrática .Portanto ,a luta política fundamental da CUT é pela vida e pela democracia ,como regime fundado na soberania popular e na afirmação dos direitos do povo .Nesse sentido ,destacamos as seguintes bandeiras de luta:

- a (**Defesa do SUS** ,público ,gratuito e universal .Revogar a EC 95 que limita os gastos públicos e recompor o investimento público no complexo de saúde .Valorização de todas as pessoas que trabalham no ramo da saúde e gestão coordenada do enfrentamento à pandemia com vacina para todas as pessoas e quebra das patentes que atrasam e encarecem a imunização.
- b (**Renda mínima permanente** ,capaz de garantir a sobrevivência e a segurança da população mais vulnerável .A crise ampliou o desemprego ,a miséria e a desigualdade .Investir na garantia de condições de sobrevivência para o povo é justo e necessário ,além de dinamizar a atividade econômica.
- c (**Emprego e salário digno** são essenciais para reprodução da vida .Lutamos pela regulação do trabalho com proteção e direitos independente da forma de contratação ,incluindo o direito à organização sindical e à negociação coletiva .Defendemos a retomada da política de valorização do salário mínimo e a redução da jornada de trabalho ,como instrumentos de redução da exploração e das desigualdades.
- d (**Superar o racismo e o machismo** que ,em unidade indissociável da exploração de classe ,molda o retrato de invisibilidade ,exclusão e precariedade do trabalho das mulheres e da população negra. À violência e à opressão racista ,machista e homofóbica opomos à resistência de todas as pessoas que lutam por vida digna.
- e (**Transição ecológica justa e soberania** são essenciais para superar o modelo de exploração imperialista .O controle soberano sobre o território e as infraestruturas estratégicas é fundamental para qualquer projeto nacional .Denunciamos e nos opomos às privatizações ,à financeirização e a desregulação ambiental.

Essas e outras bandeiras exigem um Estado forte a serviço de um projeto emancipador e a reconstrução das relações sociais a partir dos valores da solidariedade ,da igualdade social ,do internacionalismo e do respeito ao poder popular.

Nada disso é possível sob um governo de destruição e morte .A luta por **Fora Bolsonaro** é uma luta por justiça frente aos seus inúmeros crimes .Mas também porque aprendemos que só a mobilização permanente pode garantir a vitória e a manutenção de um projeto democrático e popular.

As transformações no mundo do trabalho e os caminhos para superação da crise do sindicalismo

A crise do sindicalismo decorre de transformações na organização e gestão do trabalho ,mas também é expressão de um certo esgotamento de um modelo de representação insuficiente para organizar o conjunto da classe trabalhadora.

Apesar da existência de amplo sistema de regulação social do trabalho ,em sua maioria ,mulheres ,pessoas negras ,jovens e imigrantes sempre estiveram excluídas de um conjunto de direitos e proteções sociais .A classe trabalhadora nunca se reduziu a uma categoria homogênea de assalariados e sempre esteve em

processo de formação marcado por uma complexidade de ocupações ,formas de trabalho e papéis sociais de classe definidos por sexo ,geração ,raça ou formação profissional.

A classe trabalhadora segue sendo uma condição essencial e organizadora da vida social ,mas sua estrutura e formas de organização se alteraram profundamente .Os novos padrões de emprego mudaram o perfil das ocupações ,o ambiente de trabalho e as culturas de identificação ,promovendo fissuras na organização do trabalho e esvaziamento da função dos sindicatos.

Atuar sindicalmente é também criar capacidade de polarização na sociedade sobre temas centrais para os trabalhadores ,para além das lutas corporativas .O sindicalismo que almeja a representação do conjunto da classe trabalhadora precisa abraçar com centralidade pautas universalizantes como a defesa da saúde ,da educação ,da renda e do salário mínimo ,entre outras .É dessa forma que nos dirigimos para toda a sociedade e que criamos interlocução com os desprotegidos ,desorganizados e desempregados.

Nosso modelo sindical deve responder às necessidades de organização e aos objetivos de luta da classe trabalhadora .A crise atual tem suas raízes na adaptação à estrutura sindical oficial ,regida por regras fixas e impostas ,onde não há liberdade e autonomia efetiva .Devemos ser capazes de responder a esse contexto renovando repertórios de atuação e procurando novas estratégias ,sem perder identidade ,propósitos e características herdadas de nossa trajetória de luta e resistência.

Em sintonia com o texto-base da 16^a Plenária Nacional da CUT apresentamos horizontes para construção da resposta sindical às transformações no mundo do trabalho e aos desafios de luta da classe trabalhadora.

Sindicatos representativos, democráticos, organizados pela base, e independentes do Estado e dos patrões, relevante para os trabalhadores e para a sociedade

O movimento sindical cutista protagonizou lutas históricas e a mais radical crítica às relações de trabalho instituídas pela herança da estrutura sindical oficial ,contudo não foi capaz de incorporar ou ampliar novas formas de organização nos locais de trabalho - OLT.

A estratégia de fortalecer os sindicatos por meio da organização por ramos de atividade pouco avançou e, parte disso ,pode ser atribuído às energias que foram direcionadas para o fortalecimento das estruturas verticais ,bem como a resistência a mudanças.

Por outro lado ,a unificação dos sindicatos e ampliação da sua representatividade potencializaria a nossa intervenção na sociedade ,democratizando os processos de decisão ,fortalecendo as negociações coletivas .Esse processo reforçaria a importância das estruturas no interior das empresas e dos canais permanentes de interlocução com a retomada do debate da OLT em consonância com fortalecimento dos sindicatos por ramo.

Só há democracia em um ambiente de liberdade e autonomia sindical no qual as formas de organização, sustentação e representação são expressão da livre participação e associação e no qual o local de trabalho é reconhecido como espaço de construção da identidade coletiva.

Neste sentido a Plenária deve reforçar nossa estratégia de fortalecimento dos sindicatos por ramo e a organização por local de trabalho colocando em perspectiva quais os passos para a sua implementação.

Território como espaço de organização da classe trabalhadora em luta por direitos e poder popular

Os processos de fragmentação e precarização decorrentes das mudanças no mundo do trabalho têm tido como consequência o empobrecimento da população que se concentra nas periferias, carente de políticas públicas. A predominância dessa realidade para maioria da classe trabalhadora faz do espaço das comunidades arena de demandas e lutas concretas. Nestes espaços as pessoas vivenciam as contradições de uma sociedade extremamente desigual e realizam as experiências mais exitosas de solidariedade e cooperação.

Historicamente a classe trabalhadora, enquanto uma identidade coletiva, se constituiu a partir das comunidades, das pequenas vilas dos territórios. A falta de saneamento, saúde, educação, creches, segurança resulta da ausência de políticas públicas e reflete o descompromisso dos agentes públicos com os mais vulneráveis.

O movimento sindical precisa avançar em estruturas capazes de acolher, organizar e fortalecer as lutas da classe trabalhadora nos territórios. Cabe à CUT impulsionar, por meio da articulação entre sindicatos e movimentos populares a constituição de espaços comuns de organização e ação coletiva, com potencial de incorporação orgânica à central. A Plenária nacional deve aprovar a organização destes espaços nacionalmente, considerando as realidades regionais.

A estrutura sindical reúne trabalhadores para fortalecer unidade, lutas e alternativas

O fortalecimento da estrutura por ramos de atividade deve estar em consonância com as forças de organização das atividades produtivas, especialmente as cadeias de produção cada vez mais conectadas.

A experiência dos macrossetores têm construído proposições e iniciativas unitárias e deve avançar, com participação das bases e sindicatos, em agendas políticas em que estejam presentes a perspectiva sindical dos direitos do trabalho em sintonia com estratégias de intervenção na formulação de políticas públicas voltadas para as demandas de um projeto de desenvolvimento voltado para o bem estar da sociedade.

DIREÇÃO EXECUTIVA NACIONAL DA CUT

2019 - 2023

Presidente

Sergio Nobre

Vice-presidente

Vagner Freitas

Secretária-geral

Carmen Helena Ferreira Foro

Secretário-geral adjunto

Aparecido Donizeti da Silva

Secretário de Administração e Finanças

Ariovaldo de Camargo

Secretária-adjunta de Administração e Finanças

Maria Aparecida Faria

Secretário de Relações Internacionais

Antonio de Lisboa Amâncio Vale

Secretário-adjunto de Relações Internacionais

Quintino Marques Severo

Secretário de Assuntos Jurídicos

Valeir Ertle

Secretário de Comunicação

Roni Anderson Barbosa

Secretário-adjunto de Comunicação

Admirson Medeiros Ferro Junior (Greg)

Secretário de Cultura

José Celestino (Tino)

Secretário-adjunto de Cultura

Eduardo Lírio Guterra

Secretária de Formação

Rosane Bertotti

Secretária-adjunta de Formação

Sueli Veiga de Melo

Secretária de Juventude

Cristiana Paiva Gomes

Secretário de Relações de Trabalho

Ari Aloraldo do Nascimento

Secretária-adjunta de Relações de Trabalho

Amanda Gomes Corsino

Secretária da Mulher Trabalhadora

Junéia Batista

Secretária de Saúde do Trabalhador

Madalena Margarida da Silva Teixeira

Secretária-adjunta de Saúde do Trabalhador

Maria de Fátima Veloso Cunha

Secretário de Meio Ambiente

Daniel Gaio

Secretário de Mobilização e Movimentos Sociais

Janeslei Albuquerque

Secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos

Jandyra Uehara

Secretária de Combate ao Racismo

Anatalina Lourenço

Secretária-adjunta de Combate ao Racismo

Rosana Sousa Fernandes

Secretária de Organização e Política Sindical

Maria das Graças Costa

Secretário-adjunto de Organização e Política Sindical

Jorge de Farias Patrocínio

DIRETORES EXECUTIVOS

Aline Marques

Ângela Maria de Melo

Claudio Augustin

Cláudio da Silva Gomes

Francisca Trajano dos Santos

Ismael Cesar José

Ivonete Alves

João Batista (Joãozinho)

José de Ribamar Barroso

Juvândia Moreira Leite

Marcelo Fiorio

Marcelo Rodrigues

Mara Feltes

Maria Josana de Lima

Maria Julia Nogueira

Marize Souza Carvalho

Milton dos Santos Rezende (Miltinho)

Pedro Armengol

Rogério Pantoja

Sandra Regina Santos Bitencourt

Virginia Berriel

Vitor Carvalho

EXPEDIENTE**Coordenação da 16ª Plenária Nacional da CUT****Diretora Executiva**

Ângela Maria de Melo

Secretário de Relações Internacionais

Antônio de Lisboa Amâncio Vale

Secretário das Relações do Trabalho

Ari Aloraldo do Nascimento

Secretário de Administração e Finanças

Ariovaldo de Camargo

Secretária Geral, Coordenadora Geral

Carmen Foro

Diretora Executiva

Fátima Veloso

Secretária de Organização e Política Sindical

Graça Costa

Secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos

Jandyra Uehara

Diretor Executivo

João Batista Gomes

Diretor Executivo

Milton Rezende

Secretária de Formação

Rosane Bertotti

Presidente da CUT Nacional

Sergio Nobre

Revisão

Helena Alves Gouveia

Projeto gráfico e Diagramação

MGiora Comunicação

São Paulo, junho 2021.



Rua Caetano Pinto, 575
Brás • São Paulo-SP
CEP 03041-000

Fone: (0xx11) 2108-9200

Fax: (0xx11) 2108-9310

cut.org.br





Sindipetro

SINDICATO DOS PETROLEIROS DA BAHIA